

# XII CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA



**PS - UMA APOSTA DE FUTURO  
UM PS ABERTO E RENOVADO  
UM PORTUGAL GANHADOR,  
MODERNO E SOLIDÁRIO**

*António Guterres*

**MOÇÃO POLÍTICA DE  
ORIENTAÇÃO NACIONAL  
SOCIALISMO EM  
DEMOCRACIA**

*António Brotas; Edmundo Pedro; José Cardoso  
Fontão; Maria Cristina Neto; António Lopes Vieira;  
Álvaro Rodrigues; Jaime Bastos Gonçalves; José  
António Coelho da Fonseca; Joaquim Maria Prada;  
António Pires dos Santos; Armando Ramalho; Viriato  
Wolffango de Macedo; Concepcion Tiple Oliveira;  
Prieto de Oliveira; Diamantino Neto; João Ramos  
Chasqueira; Mário Pedro*

**PORTUGAL PRIMEIRO**

*Henrique Neto*

## PS - UMA APOSTA DE FUTURO UM PS ABERTO E RENOVADO UM PORTUGAL GANHADOR, MODERNO E SOLIDÁRIO



António Guterres  
1º Subscriptor

**N**ão nos resignamos perante os desafios exigentes que estão lançados a Portugal. Apostamos num espírito reformista baseado na definição de objectivos ambiciosos de emancipação, de justiça e de solidariedade, através de mudanças gradualistas baseadas no primado das pessoas e da ligação permanente entre liberdade e responsabilidade, igualdade e diferença, emancipação e solidariedade.

A mundialização, a crescente afirmação de uma nova economia e de uma nova sociedade do conhecimento, o agravamento das desigualdades e o crescimento da pobreza no mundo - num tempo em que os 20 por cento mais ricos têm acesso a 86 por cento do consumo dos bens materiais que o mundo produz, enquanto os 20 por cento mais pobres se limitam a consumir 1,3 por cento desses mesmos bens -, o consumismo e a indiferença imediatista, a proliferação do terrorismo, dos novos conflitos regionais, da violência e da criminalidade internacional, o flagelo da droga, os grandes riscos ambientais - tudo isso nos obriga a insistir na afirmação da actualidade do Socialismo Democrático no mundo contemporâneo.

**Não nos resignamos perante os desafios exigentes que estão lançados a Portugal. Queremos vencer no prazo de uma geração o atraso estrutural e qualitativo que ainda nos separa dos países mais evoluídos da Europa - num horizonte de exigência, de qualidade, de justiça e de solidariedade.**

Não basta repetir que falharam os modelos baseados no estatismo colectivista e na visão neoliberal. É preciso que os cidadãos e os povos compreendam e apostem no único projecto verdadeiramente moderno e não dogmático, capaz de enfrentar os novos desafios - o projecto do socialismo democrático, sempre constante nos seus valores, sempre renovado nas suas respostas para os problemas que, também eles, permanentemente se renovam. A sociedade e a economia portuguesas estão confrontadas com a necessidade de responderem aos desafios actuais através de maior competitividade e qualidade, mas também de maior coesão e solidariedade. As condições de confiança, de eficiência e de equidade devem ser consolidadas: pela mobilização das energias e capacidades disponíveis, tirando partido da vertiginosa revolução tecnológica; pela aposta na qualificação das pessoas e na coordenação educação, formação e emprego; pela concretização de uma melhor redistribuição de riqueza no sistema fiscal, na segurança social e no progresso das políticas sociais; e pela estabilização das finanças públicas, aliando rigor e consciência social.

Contra todo o conformismo, o Partido Socialista, como partido da liberdade moderno e aberto ao futuro, assume um projecto mobilizador para a sociedade portuguesa - baseado no progresso e na inovação e na recusa de qualquer visão fatalista que considere como inelutável o nosso atraso e a nossa situação distante e periférica. Só o PS pode impulsionar a modernização solidária do país, na viragem do milénio.

Queremos para Portugal mais rigor e melhor organização, mais profissionalismo e mais ambição - com incentivos concretos à iniciativa empreendedora e à inovação. Apostamos nas novas gerações, numa nova mentalidade e numa nova atitude perante o presente e o futuro, numa cultura de maior responsabilidade e exigência. A educação, a ciência, a cultura, as tecnologias ao serviço da pessoa humana, o espírito de risco constituem factores essenciais para um progresso solidamente ancorado na compreensão dos conflitos e das diferenças e da respectiva regulação, bem como da importância da coesão social e da estabilidade.

Queremos ainda um Portugal mais influente e actuante, no centro da construção europeia e na afirmação dos valores universalistas em que se projecta a nossa identidade como nação, cada vez mais aberta e pluricultural.

O novo ciclo situa-se em paralelo com o novo impulso modernizador e de cidadania do III Quadro Comunitário de Apoio e é dominado por objectivos económicos, sociais, culturais e cívicos que urge concretizar em nome de um desenvolvimento justo e humano. Queremos dar corpo a um processo integrado de desenvolvimento sustentável que permita aliar modernização e consciência social - Queremos vencer no prazo de uma geração o atraso estrutural e qualitativo que ainda nos separa dos países mais evoluídos da Europa - num horizonte de exigência, de qualidade, de rigor, de justiça e de solidariedade.

**Queremos para Portugal mais rigor e melhor organização, mais profissionalismo e mais ambição - com incentivos concretos à iniciativa empreendedora e à inovação. Apostamos nas novas gerações, numa nova mentalidade e numa nova atitude perante o presente e o futuro, numa cultura de maior responsabilidade e exigência.**

O PS tem de liderar também o combate pela mobilização da cidadania participativa, actualmente em claro refluxo, especialmente no campo político. Combater o alheamento dos jovens. Facilitar o acesso das mulheres a cargos de responsabilidade pública. Eliminar os

excessivo centralismo da Administração Pública, causa directa do progressivo distanciamento, falta de transparência, irresponsabilização e burocratização das suas decisões. Substituir o diálogo *ad hoc*, ao sabor de conveniências e da ocorrência dos *fait-divers*, pelo regular funcionamento de formas de participação enraizadas na sociedade e representativas da pluralidade social. Contribuir para elevar a qualidade do debate público, mediante a produção e difusão sistemática de informação e opinião, uma e outra, qualificadas e independentes, suscitadas e estimuladas pelo Governo do PS e da Nova Maioria.

O PS não tem apenas responsabilidades de Governo a nível nacional. É de toda a justiça realçar o notável trabalho desenvolvido com grande rigor, competência e seriedade pelo Governo Regional dos Açores cuja marca está já bem impressa no desenvolvimento da Região. Não podemos ainda omitir a corajosa resistência democrática dos militantes do PS da Região Autónoma da Madeira. Aos socialistas e ao povo das Regiões Autónomas o PS garante a vontade de permanente aperfeiçoamento das autonomias num quadro de efectiva solidariedade nacional, nomeadamente no aprofundamento da reforma consagrada na Lei de Finanças Regionais.

O PS orgulha-se também do trabalho realizado pelos seus autarcas em todo o País, trabalho que é a melhor prova de que a aposta na descentralização é essencial para o bem estar colectivo e para o progresso económico, social e cultural dos portugueses.

### Fidelidade aos valores, aposta no futuro.

*O PS é um partido de valores. Para nós o exercício do poder só tem sentido como concretização, em cada momento, dos princípios e valores em que sempre assentou o Socialismo Democrático e a Social-Democracia. Novos problemas exigem novas soluções, novos desafios apelam a novas visões, numa atitude permanente de reformismo não dogmático. Mas recusamos sempre o pragmatismo sem alma e o oportunismo sem escrúpulos, cuja proliferação na vida política dos nossos dias é um dos principais factores para a descrença dos cidadãos nas instituições democráticas e para o descrédito da política e dos seus protagonistas. Nós não somos assim. Não nos conformamos nunca a essa perversão, infelizmente tão generalizada. Somos herdeiros de uma tradição humanista, aberta e tolerante, mas exigente na fidelidade aos valores que a sustentam.*

**O PS é um partido de valores. Para nós o exercício do poder só tem sentido como concretização, em cada momento, dos princípios e valores em que sempre assentou o Socialismo Democrático e a Social Democracia, numa síntese fecunda entre Liberdade, Igualdade e Fraternidade.**

*Por isso, agimos e governamos em nome dos valores e dos princípios do Socialismo Democrático, numa síntese fecunda entre Liberdade, Igualdade e Fraternidade, com o reconhecimento do papel da iniciativa e da realização individuais e de um novo conceito de responsabilidade, individual e colectiva, na promoção do bem comum. Por contraponto às visões conservadora, tecnocrática e da velha esquerda, é esta a nossa via, de um reformismo humanista e modernizador, que aceita a economia de mercado mas rejeita a sociedade de mercado e que concebe um Estado regulador, catalisador de iniciativas, corrector de injustiças, ao serviço da construção de uma sociedade solidária, baseada nos seguintes princípios fundamentais:*

### 1. As pessoas em primeiro lugar

Para nós há um critério último pelo qual se terá sempre de aferir a validade das ideias, dos projectos e das políticas. Esse critério último são as pessoas. A forma como cada pessoa, entendida como cada cidadão, é afectada por essas ideias, por esses projectos e por essas políticas, na sua vida, nas suas liberdades e na sua realização humana integral, é o que nos importa. Estamos fartos dos crimes cometidos contra as mulheres e os homens em nome das grandes visões para a humanidade. O nosso projecto para Portugal é centrado nas pessoas, tem-nas simultaneamente como protagonistas e destinatários, num movimento mobilizador de toda a sociedade, em nome da modernidade e da coesão.

**Para nós há um critério último pelo qual se terá sempre de aferir a validade das ideias, dos projectos e das políticas. Esse critério último são as pessoas. O nosso projecto para Portugal é centrado nas pessoas, tem-nas simultaneamente como protagonistas e destinatários, num movimento mobilizador de toda a sociedade, em nome da modernidade e da coesão.**

Mas apostar nas pessoas hoje é fundamentalmente apostar na sua valorização plena. Uma sociedade mais culta é uma sociedade mais livre. A educação e a formação são

fatores decisivos de criação de riqueza, de progresso e desenvolvimento, mas são também o grande alicerce da cidadania democrática activa.

A aposta fundamental na educação, na formação e no emprego constitui um modo inequívoco de contrariar o fatalismo do atraso. Temos obra feita, da educação pré-escolar ao ensino superior, passando pela valorização do ensino secundário e pelo reforço do ensino básico, nomeadamente através da adopção do sistema de avaliação aferida para todos, ou pela educação de adultos, numa experiência pioneira. A qualidade e o rigor são as marcas que estamos a introduzir - com uma preocupação essencial de combate à exclusão.

*A aposta na educação e na formação é condição indispensável de igualdade e justiça. É a única forma de as desigualdades não se reproduzirem de geração em geração e de investir num futuro de maior equidade e produtividade na vida económica. Esta é e continuará a ser a nossa paixão.* Uma paixão que não admite adultério e cujos resultados são já a prova da sua autenticidade.

Chegámos aos cem por cento de taxa de escolarização nos doze e nos quinze anos de idade, o que ainda não tinha sido atingido em 1995, criámos trinta e cinco mil lugares para crianças nos jardins de infância, apostámos nos cursos de educação-formação e nas componentes profissionais, tecnológicas e artísticas do secundário, no sistema nacional de avaliação do ensino superior e na sua organização e ordenamento.

**A aposta na educação e na formação é condição indispensável de igualdade e justiça. É a única forma de as desigualdades não se reproduzirem de geração em geração e de investir num futuro de maior equidade e produtividade na vida económica. Esta é e continuará a ser a nossa paixão.**

Vamos continuar. Garantindo a obrigatoriedade do prosseguimento dos estudos ou de formação qualificante até aos 18 anos, alargando a oferta de uma segunda oportunidade educativa, acelerando a cobertura do pré-escolar e duplicando o número de crianças em creche, dando origem a uma autêntica *educação de infância*.

Apostamos ainda no combate activo pela igualdade de oportunidades e pela correcção das desigualdades - a começar na adopção de medidas de diferenciação positiva que ponham termo à discriminação entre mulheres e homens, que favoreça a paridade, que contrarie todas as formas de violência contra as mulheres e as crianças e que favoreça a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

A agenda para a igualdade de oportunidades passa ainda pela adopção de medidas de integração e de respeito pela dignidade de imigrantes e minorias étnicas. Portugal sempre foi um país de emigração. *Orgulhamo-nos das nossas comunidades espalhadas pelo mundo e do prestígio que souberam granjear.* Vivemos com alegria os seus êxitos e a sua permanente valorização nas sociedades em que se integram. Sentimos uma profunda e activa solidariedade quando enfrentam dificuldades e infortúnios.

**Temos de preparar mais intensamente a sociedade portuguesa para acolher e integrar harmoniosamente os imigrantes que nos procuram e dão hoje um contributo indispensável ao nosso próprio progresso. É particularmente importante o esforço integrador da segunda geração. Esta é uma nova forma de conceber e realizar a coesão social e nacional.**

Mas Portugal já não é hoje um país de emigração. A aceleração do desenvolvimento económico, o envelhecimento progressivo da nossa população foram-nos transformando, ao princípio quase insensivelmente, num país onde outros procuram novas oportunidades de vida e de trabalho. Temos de regular esse movimento, eliminando o papel das mafias e outras organizações que enriquecem à custa da degradação humana. *Temos de preparar mais intensamente a sociedade portuguesa para acolher e integrar harmoniosamente os que nos procuram e dão hoje um contributo indispensável ao nosso próprio progresso.* É particularmente importante o esforço integrador da segunda geração. Esta é uma nova forma de conceber e realizar a coesão social e nacional, na humanização das condições de vida para todos e no respeito e valorização de uma experiência multicultural que nos enriquece.

## 2. O valor supremo da liberdade

Um projecto de esquerda moderna tem de assentar no respeito escrupuloso das liberdades e dos direitos e deveres fundamentais, na preservação da autonomia individual e numa cultura de cidadania livre e responsável. Mas não basta afirmar valores e regulá-los na ordem jurídica. É preciso criar e preservar as condições imateriais e materiais para a consagração da liberdade.

*A democracia hoje exige a introdução de mecanismos que favoreçam a representação e a participação de todos* - o que obriga ao reforço da descentralização administrativa, à valorização do poder local e à criação de instrumentos que favoreçam a proximidade entre representantes e representados. O Partido Socialista tem uma reflexão e tem propostas, designadamente em matéria eleitoral, em especial no reforço da ligação entre eleitores e eleitos, sempre com salvaguarda da proporcionalidade. Sempre defendeu, porém, que as mudanças eleitorais têm de ser adoptadas por maiorias alargadas, que permitam preservar a legitimidade inatacável do sistema. Mas esta valorização da liberdade não exige apenas reformas no sistema político.

*Perante os efeitos da globalização e da competição sem regras, a maior contradição das*

*sociedades modernas é a que separa cidadãos e excluídos.* Não basta trabalhar para que o fosso não se agrave, é necessário eliminá-lo em Portugal. Assumimos frontalmente o problema - pois o combate à exclusão é uma questão central que tem de ser vivida por toda a sociedade. Não se trata, porém, de uma atitude assistencialista, mas de adoptar soluções coordenadas e articuladas, envolvendo fortemente a sociedade civil numa lógica de solidariedade voluntária e de intervenção das políticas públicas.

Temos uma meta política e moral: erradicar a pobreza e todas as novas formas de exclusão, como condição da verdadeira liberdade. A nossa acção governativa destes cinco anos é disso prova cabal. Essa marca jamais será apagada. Ninguém ousará esconder a pobreza, como sistematicamente acontecia no passado numa atitude de hipocrisia envergonhada.

**Perante os efeitos da globalização e da competição sem regras, a maior contradição das sociedades modernas é a que separa cidadãos e excluídos. Temos uma meta política e moral: erradicar a pobreza e todas as novas formas de exclusão, como condição da verdadeira liberdade.**

Coube-nos revelar a pobreza e a exclusão, no seu verdadeiro alcance, à sociedade portuguesa. Coube-nos iniciar de forma sistemática o combate para a sua eliminação, nas alterações ao modelo económico de desenvolvimento, na reforma das políticas sociais, adoptando a diferenciação positiva a favor dos mais carenciados e nas medidas específicas de combate à exclusão, de que o rendimento mínimo garantido e a educação pré-escolar são as mais emblemáticas, mas estão longe de ser as únicas.

## 3. Economia de mercado, sim; sociedade de mercado, não. o primado da solidariedade e o papel do estado regulador.

O Estado contemporâneo deixou de poder ser produtor e dirigista - do mesmo modo que não pode ser, e connosco não é nem será - passivo em relação ao mercado. Ao Estado dirigista contrapõe-se o Estado que actua como regulador, corrector de injustiças e catalisador das diferentes iniciativas sociais e empresariais - com apoio claro ao *espírito de risco* e à *iniciativa empresarial*, designadamente nos domínios da inovação e das *novas áreas tecnológicas*.

**O Estado regulador torna-se, assim, factor de liberdade, de coesão e de confiança. A confiança dos agentes económicos e consumidores o apoio ao espírito de risco e de iniciativa, a ligação entre liberdade económica e regulação social constituem elementos centrais de uma política moderna da esquerda democrática. Recusamos a sociedade de mercado que nos conduziria a encerrar o conjunto dos valores sociais como valores monetários e o conjunto das relações sociais como relações meramente mercantis.**

O mercado não é um regulador auto-suficiente, obriga, por isso, a que as responsabilidades do Estado sejam assumidas - para impedir abusos, corrigir desequilíbrios, superar os conflitos e suscitar a inovação e a criatividade. *O Estado regulador torna-se, assim, factor de liberdade, de coesão e de confiança.* A confiança dos agentes económicos e consumidores, o apoio ao espírito de risco e de iniciativa, a ligação entre liberdade económica e regulação social constituem elementos centrais de uma política moderna da esquerda democrática.

*Recusamos a sociedade de mercado que nos conduziria a encerrar o conjunto dos valores sociais como valores monetários e o conjunto das relações sociais como relações meramente mercantis.* A economia de mercado, pelo contrário, abrange a compreensão da importância dos mecanismos espontâneos de regulação ao lado das políticas públicas e da sua função ordenadora. A criação de autoridades reguladoras independentes nos diversos mercados: telecomunicações, energia, etc.; a reforma fiscal, os acordos de concertação social são marcas evidentes desta nova forma de entender a intervenção do Estado na vida económica e social.

**O desemprego tem sido o principal factor de quebra de coesão nas sociedades europeias do nosso tempo. Ter trabalho, é condição essencial de realização pessoal. Não é um simples problema económico, é uma questão central para uma visão humanista da vida em comum.**

*O desemprego tem sido o principal factor de quebra de coesão nas sociedades europeias do nosso tempo. Ter trabalho, é condição essencial de realização pessoal. Não é um simples problema económico, é uma questão central para uma visão humanista da vida em comum.* Por isso, o combate ao desemprego e a criação de mais e cada vez melhores empregos, mais qualificados, mais dignificados, melhor remunerados, tem sido a primeira prioridade da política económica dos governos do PS e da Nova Maioria. Por isso, apesar do ponto de partida que encontramos, somos hoje um dos muito poucos países europeus próximos do pleno emprego.

Entendemos ser este um objectivo fundamental a prosseguir e a preservar. Intensificamos, por isso, a política de emprego e afirmamos a política económica dentro desse mesmo objectivo. Daí o plano nacional de emprego e os planos regionais, o forte empenhamento na reinserção e formação, quer de jovens desempregados quer de desempregados de

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

longa duração. O emprego é uma questão central, de cujos resultados alcançados nos orgulhamos, mas tem de continuar na primeira linha dos nossos objectivos.

### 4. O Estado moderno garante do valor da segurança

A segurança nas sociedades modernas é hoje uma preocupação essencial dos cidadãos. Mas a segurança corresponde também a um novo conceito mais amplo e exigente na sua concretização.

*Há um novo valor da segurança, transversal a toda a sociedade.* Este abrange naturalmente a visão tradicional da segurança física das pessoas e bens. Os socialistas não têm aqui qualquer complexo, na sua firmeza, simultaneamente contra o crime e as suas causas. *Ao sentimento de insegurança que reconhecemos, sobretudo nas áreas urbanas e suas periferias, respondemos não só com mais e melhor polícia, mas com esforços para acelerar a justiça, com o combate sem tréguas ao tráfico de droga - e o reforço de medidas de prevenção, tratamento e reinserção dos toxicodependentes e de redução de riscos para a sociedade inerentes a este flagelo -, mas também com todo um conjunto de políticas, programas e medidas de alcance social destinados a eliminar progressivamente as principais raízes da criminalidade, no emprego, na educação, na inserção social e na política urbana.*

Mas a segurança é para as mulheres e homens de hoje muito mais do que isto, exigindo justamente do Estado um novo conjunto de funções e uma nova capacidade de intervenção.

Para os socialistas, tão importantes como a segurança física são a segurança alimentar, a segurança ambiental, a própria segurança no emprego, embora necessariamente na lógica própria das sociedades modernas.

Dotar o Estado de capacidade científica, poder regulador e instrumentos de intervenção nestas áreas é hoje uma prioridade clara do Governo PS.

**Há um novo valor da segurança, transversal a toda a sociedade.**

**Para os socialistas, tão importantes como a segurança física são a segurança alimentar, a segurança ambiental, a própria segurança no emprego, embora necessariamente na lógica própria das sociedades modernas. Dotar o Estado de capacidade científica, poder regulador e instrumentos de intervenção nestas áreas é hoje uma prioridade clara do Governo PS.**

Neste contexto global, uma das marcas essenciais do socialismo democrático é o Estado do Bem-Estar.

Este será por nós preservado, consolidado e desenvolvido - em nome da igualdade de oportunidades e dos mais elementares valores de justiça. Aqui o reformismo deve assentar na consagração da diferenciação positiva e de um critério de solidariedade cívica nas políticas sociais (Segurança Social, Serviço Nacional de Saúde). Não podem estar em causa critérios de poupança financeira e de desresponsabilização do Estado na cobertura de riscos sociais, mas sim a continuidade de um autêntico contrato de solidariedade e confiança e de uma nova geração de políticas sociais, centrada nas famílias, em que os cidadãos assumam um novo sentido de responsabilidade no seu relacionamento com ou outros - numa perspectiva solidária.

*Defendemos a universalidade dos direitos sociais e a diferenciação positiva, apoiando mais intensamente os mais carenciados.* Pretendemos um desenvolvimento sustentável e uma reforma social, no sentido de dignificar o trabalho, de promover a qualidade de vida em cidades mais agradáveis e no mundo rural, de preservar as identidades. Insistimos no reforço dos factores que favorecem a coesão e a solidariedade cívica.

**Uma das marcas essenciais do socialismo democrático é o Estado do Bem-Estar. Defendemos a universalidade dos direitos sociais e a diferenciação positiva, apoiando mais intensamente os mais carenciados.**

O «capital social» envolve as instituições, as comunidades, as famílias e os cidadãos individualmente - revelando-se essencial uma ligação mais íntima entre os factores que favorecem a coesão, que respeitam as diferenças e que consolidam a confiança. Esta é a nossa perspectiva global de segurança.

### 5. A coesão e a identidade nacionais como valores da nossa afirmação no mundo global

Tomemos consciência da relação que existe entre os problemas nacionais e as suas condicionantes universais. A opção europeia de Portugal obriga a uma participação exigente na vida da União Europeia, compreendendo as virtualidades de participar num dos pólos de maior desenvolvimento mundial. Recusando o recrudescimento dos egoísmos nacionais, devemos assumir a nossa identidade como factor de afirmação e de abertura, numa vocação universalista.

*Queremos criar um espaço aberto de cidadania,* um espaço de liberdade, segurança e justiça, onde a soberania se partilha para se valorizar. Na Europa urge, por isso, fortalecer as instituições comuns, preservar as identidades nacionais, as diferenças, a subsidiariedade e as complementaridades, recusando qualquer lógica burocrática, centralizadora ou de directório.

**Para os socialistas a estratégia é clara. Portugal deve protagonizar uma lógica de aprofundamento da integração europeia, reforçando a cidadania e a transparência das instituições, com o objectivo claro de estar sempre e em todos os domínios no núcleo duro desse aprofundamento, dada a inevitável heterogeneidade de uma União alargada.**

Portugal assegurou em Berlim a solidariedade europeia para com o nosso próprio desenvolvimento, numa perspectiva de coesão económica e social da União.

*Portugal impulsionou em Lisboa um novo método de coordenação das políticas económicas e sociais da União, do emprego à formação, da competitividade, inovação e abertura dos mercados ao combate à exclusão, da investigação científica e tecnológica à reforma do Estado de Bem-Estar, da sociedade de informação à política de emprego,* dando origem, com a chamada estratégia de Lisboa, a um primeiro passo no sentido de criar um governo económico da Europa, evitando que a moeda única desse origem a uma visão predominantemente baseada numa perspectiva monetária.

Portugal conseguiu em Amesterdão e em Nice uma reforma dos tratados que permite concretizar o designio histórico do alargamento, como reencontro da Europa consigo própria, sem afectar o princípio da igualdade entre os Estados e os equilíbrios que nos permitem ter expressão relevante nos mecanismos de tomada de decisão.

Para o PS a estratégia é clara. Portugal deve protagonizar uma lógica de aprofundamento da integração europeia, reforçando a cidadania e a transparência das instituições, com o objectivo claro de estar sempre e em todos os domínios no núcleo duro desse aprofundamento, dada a inevitável heterogeneidade de uma União alargada.

*Somos europeus mas reafirmamos os valores universalistas da nossa história e da nossa identidade.* Valores que procuramos transmitir à própria Europa, numa estratégia de regulação do Mundo Global assente numa inter-relação forte entre blocos regionais que, à semelhança da União Europeia, constituem verdadeiros espaços de integração política, económica e social e não simples áreas de comércio livre. Este é um dos pilares da nova arquitectura das relações mundiais que o PS e a Internacional Socialista têm protagonizado.

**Queremos preservar uma forte identidade cultural e linguística - num contexto de diversidade e de pluralidade de pertenças - e valorizar o conhecimento e a compreensão do papel de Portugal no mundo e na história, tendo viva a memória de ser português e das virtualidades do espaço da lusofonia.**

Os valores universalistas estão presentes em toda a política externa, em especial na relação com os países lusófonos, em que importa fortalecer os elos de cooperação e de solidariedade, de modo a promover activamente as causas da paz, da democracia e do desenvolvimento. A defesa de uma identidade aberta e cosmopolita exige ainda uma forte consciência da importância das pessoas, da cultura e da língua portuguesa.

*Trata-se de preservar uma forte identidade cultural e linguística - num contexto de diversidade e de pluralidade de pertenças - e de valorizar o conhecimento e a compreensão do papel de Portugal no mundo e na história, tendo viva a memória de ser português e das virtualidades do espaço da lusofonia, em que Timor emergiu como futuro Estado soberano, em circunstâncias que enobrecem uma causa a que Portugal deu um contributo decisivo.* Há ainda uma dimensão de segurança colectiva que não podemos esquecer. O PS orgulha-se do papel desempenhado pelas Forças Armadas portuguesas em tantas missões de paz em África, na Europa, em Timor.

O Governo do PS e da Nova Maioria continuará empenhado numa decidida política de reformas para que Portugal tenha Forças Armadas democráticas, profissionais, de dimensão naturalmente reduzida dadas as nossas possibilidades, mas modernas, eficazes e capazes de intervir na defesa do nosso território, nas missões de interesse público e em missões de paz que, ao lado dos nossos amigos e aliados e no respeito do direito internacional e dos novos princípios de acção humanitária, continuem a prestigiar Portugal.

### O grande designio estratégico: vencer o atraso - modernidade e coesão

Os socialistas não podem fechar os olhos à realidade, limitando-se a uma atitude de auto-satisfação pelos inegáveis progressos da economia e da sociedade portuguesas durante a segunda metade dos anos 90.

**O século XXI tem de afirmar-se como o da consagração de Portugal entre os países mais evoluídos e dinâmicos. Temos um problema de competitividade da nossa economia, de qualidade da administração pública, de produtividade das empresas, de organização do espaço, mas, acima de tudo, de qualificação das pessoas. É este problema que queremos e vamos vencer no intervalo de uma geração, assumindo com todas as suas consequências, uma atitude claramente aberta à inovação e ao futuro, exigindo rupturas com interesses estabelecidos, lógicas corporativas e mentalidades imobilistas.**

*Não basta congratularmo-nos pelos altos níveis de emprego, por taxas de inflação que, apesar de alguns problemas, atingem mínimos históricos desde os anos sessenta e até*

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

pelos níveis recentes de aceleração do crescimento no sentido da convergência real, desmentindo algumas previsões mais pessimistas. Há que aprofundar estes ganhos e prosseguir uma política decidida de consolidação das finanças públicas. Mas Portugal tem um problema de atraso estrutural que ainda não resolveu e desequilíbrios da sua economia com o exterior que, pelos séculos fora, só foram compensados por circunstâncias excepcionais, como as especiarias do Oriente, o ouro do Brasil, a emigração.

O século XXI tem de afirmar-se como o da consagração de Portugal entre os países mais evoluídos e dinâmicos. Enquanto o século XIX foi perdido para a modernização e para um salto em frente no desenvolvimento e o século XX foi de transição, com os últimos vinte cinco anos a representarem uma ruptura com o passado imediatamente anterior, o novo século apresenta-se como um tempo de oportunidades e de realizações.

Temos um problema efectivo de competitividade da nossa economia, de qualidade da administração pública, de produtividade das empresas, de organização do espaço, mas, acima de tudo, de qualificação das pessoas. É este problema que queremos e vamos vencer no esforço de uma geração.

**Está em construção, à escala global, uma nova economia. A economia e a sociedade do conhecimento. O conhecimento é cada vez mais o principal factor de criação de riqueza e de risco de alargamento do fosso entre ricos e pobres à escala de cada país e à escala global. O conhecimento transformou-se na verdadeira matéria prima do trabalho.**

Um indicador eloquente: Em Portugal, apenas cerca de 20 por cento da população activa acima dos 25 anos tem formação secundária ou superior, contra 65 por cento na média da União Europeia. Em circunstâncias normais, como a história o provou, este atraso seria irreversível num prazo curto de tempo. Temos, no entanto, agora, uma nova oportunidade reforçada pela nossa posição no interior da União Europeia. É que todo o mundo tem de a mudar, e está a mudar, num esforço que passa por assumir, com todas as suas consequências, uma atitude claramente aberta à inovação e ao futuro, exigindo rupturas com interesses estabelecidos, lógicas corporativas e mentalidades imobilistas.

Está em construção, à escala global, uma nova economia. A economia e a sociedade do conhecimento. O conhecimento é cada vez mais o principal factor de criação de riqueza e de risco de alargamento do fosso entre ricos e pobres à escala de cada país e à escala global. O conhecimento transformou-se na verdadeira matéria prima do trabalho.

Dirão os cépticos que todas as sociedades até hoje se basearam no conhecimento. É verdade. Mas, o que torna as actuais transformações só comparáveis, pela sua profundidade e impacto, à revolução industrial tem a ver com o facto de, fruto da vertiginosa evolução das tecnologias da informação e das comunicações, ter hoje um ritmo único na história, quer a acumulação do conhecimento, quer a sua incorporação nos processos produtivos e sociais.

A Internet não é apenas mais uma rede. Tende a ser «a» rede, em que se desenrola muito do essencial da comunicação económica, social e até cultural no mundo contemporâneo.

**Modernizar, qualificar e inovar são as palavras de ordem. A resposta socialista para a economia do conhecimento é a Sociedade Educativa. Não nos deslumbramos com as inovações tecnológicas. Queremos pô-las ao serviço das pessoas. De todas as pessoas. A sociedade de informação tem de ser em Portugal um factor decisivo de inclusão social, democratizando o seu acesso na vida escolar, familiar e empresarial.**

Ao contrário do que aconteceu no passado, desta vez não temos de percorrer mais tarde o caminho que os outros anteciparam. Agora, está ao nosso alcance, com vontade política e mobilização da sociedade, queimar etapas, dar um salto qualitativo; acompanhar desde o seu início a construção deste novo paradigma da organização económica e social.

Saibamos transformar o nosso problema estrutural numa oportunidade ímpar e, por ventura, irrepitível. Modernizar, qualificar e inovar são as palavras de ordem. Mas não basta modernizar. Há muitas maneiras de o fazer. Porventura a mais fácil será tecnocrática, injusta e elitista. Nós, socialistas, queremos modernizar na solidariedade e na coesão. Não nos deslumbramos com as inovações tecnológicas. Queremos pô-las ao serviço das pessoas. De todas as pessoas. A sociedade de informação tem de ser em Portugal um factor decisivo de inclusão social, democratizando o seu acesso na vida escolar, familiar e empresarial.

Temos políticas para democratizar a sociedade da informação, afirmar os conteúdos em língua portuguesa na Internet, mas a chave essencial está em educar as pessoas. Todos. Jovens e adultos. Já. A resposta socialista para a economia do conhecimento é a Sociedade Educativa.

**As sociedades modernas reclamam a organização em rede e a vida política não pode manter-se alheada dessa nova perspectiva. A criação de um Sistema Nacional de Inovação implica uma clara vontade do poder político de trabalhar em rede com todos os que sejam factores de mudança e modernidade – pessoas, empresas e organizações da sociedade civil.**

É na qualificação das pessoas que temos de apostar, aliando inovação tecnológica, progresso científico e desenvolvimento sustentável - e tornando o conhecimento e a

capacidade de aprender e inovar os pontos fulcrais do progresso.

As sociedades modernas reclamam a organização em rede e a vida política não pode manter-se alheada dessa nova perspectiva. Para além da aposta no diálogo institucional e nos mecanismos de concertação social, a criação de um Sistema Nacional de Inovação implica uma clara vontade do poder político de trabalhar em rede com todos os que sejam factores de mudança e modernidade – pessoas, empresas e organizações da sociedade civil.

Vencer o atraso é possível se, pela primeira vez, soubermos e quisermos organizar o espaço, ordenar o território, como factor de bem estar das populações e competitividade da economia. Esta é também uma reforma estrutural inadiável com quatro eixos fundamentais:

- o equilíbrio regional do desenvolvimento  
- o desenvolvimento rural como instrumento de defesa da identidade, do povoamento e da paisagem

- a criação das infra e info-estruturas que transformem Portugal na primeira plataforma atlântica da Europa

- a nova política das cidades.

Este último é porventura, o ponto crucial. É nas cidades que hoje se concentra o essencial do saber e das dinâmicas culturais e de desenvolvimento. Mas é também nas cidades onde se manifestam os maiores problemas e mesmo rupturas sociais.

Os novos direitos urbanos, no âmbito de uma perspectiva de defesa do ambiente e de desenvolvimento sustentável, têm hoje uma importância acrescida, envolvendo as relações com o espaço, a luz, a natureza, a paisagem, a privacidade, a identidade.

Um país vale em grande medida o que valerem as suas cidades. A nossa aposta é a de uma rede urbana, verdadeira espinha dorsal do país, com um conjunto de cidades de dimensão intermédia, cobrindo a totalidade do território e que ofereçam às pessoas e às empresas todos os benefícios e oportunidades da vida moderna, permitindo, em simultâneo a requalificação urbana integral da grande Lisboa e do grande Porto, evoluindo para verdadeiras metrópoles europeias: policentradas, humanizadas, dinâmicas, geradoras de novas raízes e identidades, corrigindo assim vícios e erros de décadas, que hoje ainda pagamos infelizmente demasiado caro.

**É nas cidades que hoje se concentra o essencial do saber e das dinâmicas culturais e de desenvolvimento. Mas é também nas cidades onde se manifestam os maiores problemas e mesmo rupturas sociais. Um país vale em grande medida o que valerem as suas cidades. Os novos direitos urbanos, no âmbito de uma perspectiva de defesa do ambiente e de desenvolvimento sustentável, têm hoje uma importância acrescida, envolvendo as relações com o espaço, a luz, a natureza, a paisagem, a privacidade, a identidade.**

As novas tecnologias de informação e comunicação, o primado na inovação e do conhecimento determinam uma nova cidadania activa, a que os partidos políticos devem corresponder - ligando-se mais à sociedade civil e às suas iniciativas. Também a democracia tem, assim, de se abrir aos novos desafios e às novas técnicas, encontrando novas formas de representação e de participação que reforcem e enriqueçam a solidariedade cívica.

Enquanto a visão conservadora é incapaz de reconhecer a força da mudança; a visão tecnocrática tem o deslumbramento pelo instrumental tecnológico, mesmo que seja um factor de injustiça e desigualdade; e a visão da velha esquerda assume uma lógica imobilista, centralista e uniformizadora - a síntese do socialismo democrático procura aliar modernidade e coesão, liberdade e igualdade, favorecendo a diferenciação positiva e reclamando a inovação e o reformismo como factores de um progresso solidário. O passado recente permitiu lançar as bases de transformações importantes, que exigem um esforço redobrado.

**A auto-estima dos portugueses reforça-se valorizando os centros de excelência e a difusão de boas práticas, com objectivos nacionais claros, quantificados, com calendários e metas mobilizadoras e mecanismos de responsabilização para beneficiar os que mais contribuem para o progresso e o desenvolvimento.**

Superemos o instinto conservador e o apelo populista. Os melhores momentos da nossa vida colectiva foram os mais cosmopolitas e abertos à mudança. Não devemos contentar-nos com o que já atingimos. Só um realismo exigente em relação a nós próprios servirá para caminharmos no sentido da realização das nossas ambições. O nosso dilema não é entre conservar e, destruir, mas entre regredir e progredir.

Demarquemo-nos do conformismo conservador - superando as coligações conservadoras, frequentemente corporativas, muitas vezes inorgânicas, que procuram tolher as dinâmicas de transformação. É, assim, necessário romper os bloqueios - em áreas como a saúde, a regulação económica, a fiscalidade, o mercado de trabalho e a negociação colectiva.

Demarquemo-nos também da irresponsabilidade populista - pois o pior serviço que se pode prestar aos portugueses é acenar-lhes com o que se sabe de antemão ser irrealizável ou realizável à custa de desequilíbrios sociais que inviabilizariam o futuro das políticas necessárias de interesse geral.

Não podemos deixar que grassem tentativas de manipulação baseadas no impulso

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

egoísta de todos os que sentem que gostariam, legitimamente, de ter uma vida diferente e melhor do que é, realmente, possível. Não podem contar connosco, em particular, para soluções artificiais e estruturalmente inviáveis. Este tem sido o caso, por exemplo, de muitas posições tomadas no debate sobre o futuro do nosso modelo de protecção social. Com um projecto modernizador e social claro, temos o dever de sustentar a sua viabilidade, mobilizando e buscando na sociedade portuguesa os aliados para esse desígnio colectivo.

*A auto-estima dos portugueses* reforça-se valorizando os centros de excelência e a difusão de boas práticas, com objectivos nacionais claros, quantificados, com calendários e metas mobilizadoras e mecanismos de responsabilização para beneficiar os que mais contribuem para o progresso e o desenvolvimento.

### Quatro reformas na agenda do presente

A realização do desígnio de mudança obriga à concretização de políticas públicas que permitam reforçar o desenvolvimento, a modernização e a coesão. Nesse sentido, consideramos muito relevante a actuação em domínios estratégicos tais como (a) *Reforma Fiscal*; (b) *Segurança Social*; (c) *Saúde* e (d) *Administração Pública*.

(a) *Reforma fiscal* - O programa reformista do PS há muito que considera prioritária a reforma fiscal em ligação estreita com a *consolidação das finanças públicas* – do modo que a despesa e a receita pública constituam factores de equidade e eficiência. Estamos a concretizá-la combatendo a fraude e a evasão, reduzindo a carga fiscal para os trabalhadores por conta de outrem, as classes médias e as empresas cumpridoras, reforçando as garantias dos cidadãos e adequando a tributação do rendimento das pessoas singulares e colectivas a critérios de eficiência e de justiça.

*Do que se trata é de reforçar os critérios de rigor, de racionalidade e de confiança.* De rigor, quer na receita tributária quer na despesa pública - continuando um esforço único, que leva a termos hoje o défice orçamental mais baixo dos últimos trinta anos. De racionalidade, uma vez que precisamos de prosseguir na tarefa de tornar o sistema fiscal português mais coerente e mais justo, apto a corresponder aos desafios da coordenação fiscal europeia e da União Económica e Monetária, designadamente na tributação das empresas, no assumir de uma consciência fiscal ecológica e na tributação equitativa e moderna do património. De confiança, através do incentivo à iniciativa privada empreendedora e criadora de riqueza e de emprego e de uma melhor redistribuição de recursos na tradição do socialismo democrático e da social democracia.

**A legislação já aprovada na Assembleia da República permite um desagravamento de cerca de 100 milhões de contos em IRS e uma evolução progressiva da taxa de IRC de 36 por cento em 95, para 32 por cento hoje e 28 por cento no final da legislatura, com o horizonte de 25 por cento como objectivo, estando já decididas as taxas de 15 por cento e 20 por cento para as muito pequenas empresas.**

Com uma administração fiscal modernizada e eficaz, com uma fiscalização séria e permanentemente actuante, com o alargamento da base tributária que traga para o sistema todos os que deviam pagar e não pagam, mesmo os que apontam legitimamente as falhas e injustiças da legislação actual ou passada, estaremos em condições de prosseguir o maior esforço de sempre no desagravamento fiscal dos cumpridores.

A legislação já aprovada na Assembleia da República permite um desagravamento para estes de cerca de 100 milhões de contos em IRS e uma evolução progressiva da taxa de IRC de 36 por cento em 95, para 32 por cento hoje e 28 por cento no final da legislatura, com o horizonte de 25 por cento como objectivo, estando já decididas as taxas de 15 por cento e 20 por cento para as muito pequenas empresas.

Com a aprovação próxima das novas garantias para os contribuintes, a apresentação das Propostas de Lei de Tributação do Património Imobiliário e da Energia, dando relevo às preocupações com o ambiente, e a extinção do imposto sucessório, completa-se um ciclo de Reforma Fiscal, cuja profundidade não tem paralelo na história da democracia portuguesa.

(b) *Segurança Social* - Temos de continuar a atribuir às políticas sociais uma acrescida prioridade. Importa promover uma sociedade para todos, melhorando os níveis de garantia dos direitos sociais. A realização de uma sociedade coesa implica a promoção de políticas activas de inserção social, de acesso à cidadania, de formas de actividade económica solidária. *Uma sociedade inclusiva implica mais igualdade de oportunidades, mas também oportunidades diferenciadas visando os grupos mais desfavorecidos em contraponto a uma visão puramente redistributiva das funções sociais do Estado.* Temos, assim, de prosseguir a construção de um novo Estado de Bem-Estar sustentável, socialmente justo e mais eficaz na luta contra as disparidades sociais - dando especial atenção às pessoas e grupos especialmente expostos a processos de exclusão - como os idosos, prosseguindo a recuperação das pensões degradadas, centrando no apoio à família o essencial da sua inserção social; as crianças e os jovens em risco; as pessoas portadoras de deficiência; as minorias étnicas e os imigrantes; os toxicodependentes, numa múltipla lógica de apoio terapêutico e promoção da sua inserção social.

A Lei de Bases da Segurança Social, recentemente aprovada no Parlamento por proposta do Governo, marca o rumo da reforma em concretização. Rejeitámos a visão ortodoxa e neo-liberal que visa destruir o Estado do Bem Estar. Rejeitámos a visão puramente economicista, na lógica da estrita poupança financeira, que procuraria garantir a sua sustentabilidade na redução das responsabilidades do Estado.

Está lançada a base de um novo contrato de solidariedade e confiança em que o Estado assume plenamente as suas responsabilidades, mas em que aos cidadãos, às empresas e às organizações sociais se pede um novo sentido de responsabilidade em relação a si próprios e nas suas relações com os outros.

**A reforma da segurança social prosseguirá com base em dois princípios essenciais: a universalidade dos direitos sociais e a diferenciação positiva, apoiando mais os que mais precisam de apoio. A recusa da universalidade de direitos daria ao Estado do Bem Estar um conceito meramente assistencialista. A recusa da diferenciação tornaria injusto o Estado do Bem Estar, porque é injusto tratar igualmente os que estão em situação desigual.**

A reforma da segurança social prosseguirá com base em dois princípios essenciais: a universalidade dos direitos sociais e a diferenciação positiva, apoiando mais os que mais precisam de apoio. A recusa da universalidade de direitos daria ao Estado do Bem Estar um conceito meramente assistencialista. A recusa da diferenciação tornaria injusto o Estado do Bem Estar, porque é injusto tratar igualmente os que estão em situação desigual.

(c) *Saúde* - A nossa preocupação fundamental está na melhoria do sistema de saúde. Queremos um sistema de saúde mais capaz de responder às necessidades dos cidadãos, mais eficiente no uso dos recursos e assente num sistema de qualidade. *O Serviço Nacional de Saúde não é simplesmente um elemento do sistema de saúde - é a sua componente estruturante.* É necessário distinguir a responsabilidade do Estado na garantia de acesso à saúde da possibilidade de prestação de cuidados de saúde por entidades do sector privado ou social. Deverão as políticas públicas incentivar experiências diversificadas, sujeitando-as a uma avaliação rigorosa de resultados.

**O Serviço Nacional de Saúde não é simplesmente um elemento do sistema de saúde - é a sua componente estruturante.**

Continuamos, pois, a apostar num autêntico "contrato para a saúde", assente em seis elementos fundamentais: o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, a sua qualidade, a protecção e segurança, a promoção activa da saúde, a boa gestão dos recursos e a regulação das actividades profissionais.

*A Reforma da Saúde não é um acto, é um processo.* Que está em curso, mas que queremos intensificar. Um processo assente em princípios, não um conjunto de medidas incoerentes. Os nossos princípios orientadores essenciais são os seguintes:

1. Assumpção plena da *responsabilidade do Estado na cobertura dos riscos* de saúde da população portuguesa.
2. Reforço, reforma, humanização e eficácia do *Serviço Nacional de Saúde*, abrindo-o à inovação, à flexibilidade, a novas formas de *gestão descentralizada*, incluindo as componentes social e empresarial.
3. A preferência clara pelos métodos de trabalho assentes no tempo integral, na dedicação plena e na organização de centros de responsabilidade, interligando os conceitos de remuneração, produtividade e qualidade dos serviços prestados.
4. A associação dos sectores social e privado à resolução dos problemas de saúde, clarificando regras, separando águas, eliminando formas de promiscuidade que desnatem o SNS, mas sem receio de recorrer e avaliar novas formas de participação não estatal.

O que está em causa para nós são as pessoas. Daí que importa garantir resultados no conjunto e em cada um dos objectivos a que nos obrigámos:

- no esforço dos programas de prevenção e saúde pública, promovendo a saúde e prevenindo a doença;
- no acesso rápido e humanizado a todos os cuidados e serviços de saúde com relevo para o *combate sem tréguas às listas de espera e para a humanização do atendimento e acompanhamento integral dos utentes;*
- na garantia da qualidade na prestação dos cuidados de saúde, em condições de igualdade para todos;
- no reforço e qualificação intensivas de todos os profissionais de saúde.

**Continuamos, pois, a apostar num autêntico «contrato para a saúde», assente em seis elementos fundamentais: o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, a sua qualidade, a protecção e segurança, a promoção activa da saúde, a boa gestão dos recursos e a regulação das actividades profissionais.**

(d) *Administração Pública* - Impõe-se estabelecer uma nova relação do Estado com os cidadãos, as empresas e as organizações da sociedade civil e prosseguir uma estratégia de Reforma Democrática do Estado, orientada para a maior proximidade dos cidadãos, para a maior descentralização, desconcentração e para uma melhor coordenação horizontal das políticas públicas à escala nacional, regional e local - ligando activamente o desenvolvimento regional à afirmação do poder local e à consolidação do Estado democrático participado e sujeito ao controlo dos cidadãos e da sociedade civil. *Melhor democracia exige um Estado moderno, mais ágil e flexível, amigo dos cidadãos e cumpridor dos seus deveres e responsabilidades. Melhor cidadania exige melhor serviço público e consciência de serviço público de todos.*

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

E esta realidade suscita uma nova cultura cívica, a compreensão do papel actual dos media, a adequação dos sistemas representativos: o funcionamento dos órgãos e instituições do poder político, dos partidos políticos e dos sistemas electivos. *O reforço da qualidade da democracia exige-nos, assim, reformas políticas no âmbito dos sistemas eleitorais, dos mecanismos de participação dos cidadãos, na regulação do serviço de informação pública, na descentralização e desconcentração do Estado.*

A organização nacional do Estado tem como caminhos convergentes a descentralização e a desconcentração. A descentralização de poderes aponta aos seus destinatários essenciais: os municípios, as áreas metropolitanas, as associações de municípios. A desconcentração tem de vencer a compartimentação sectorial das políticas públicas e a descoordenação resultante da coexistência de vários modelos de organização territorial da Administração do Estado, o que constitui um óbice à competitividade e eficácia de Portugal no contexto europeu. Urge assumir *um impulso político no âmbito da desconcentração e descentralização, no quadro da intensificação e melhoria das relações entre a Administração e os cidadãos.*

Neste quadro, importa lançar verdadeiros Pactos para o Desenvolvimento Participado sob a forma de contratos-programa negociados com o Governo, tendo em vista a delegação de determinadas competências, ora sob a administração Central, acompanhadas dos recursos respectivos, pactos que deverão assegurar a participação da sociedade civil. A desconcentração do PIDDAC e do III QCA poderá servir para estimular o alargamento dos Pactos para o Desenvolvimento Participado, transformando-os em verdadeiros Pactos para a Competitividade Territorial, em sentido lato.

**A Iniciativa Internet, proposta pelo Governo, é extremamente ambiciosa para a Administração Pública. Ter todos os formulários na net em 2002, com o respectivo envio electrónico generalizado em 2003, todos os serviços públicos «on line» em 2005.**

Por outro lado o desenvolvimento da sociedade de informação e do conhecimento determina novas exigências, oportunidades e desafios políticos e institucionais na construção de um novo modelo de Estado para o Séc. XXI.

Na verdade, a concepção social-burocrática elaborada para a intervenção estatal nas sociedades industriais, baseada na autoridade, na segregação sectorial, na organização piramidal e na auto-centragem das administrações públicas deverá ser substituída por formas de organização que promovam a reconstrução dos aparelhos estatais que, inspiradas, nas transformações ocorridas no sector privado, garantam o cumprimento de contratos económicos e sociais, visem a promoção da competitividade nacional e assegurem activamente os direitos sociais.

Trata-se, de facto, de assumir explicitamente a concretização do *novo paradigma do modelo de organização do Estado* que privilegia a flexibilização da gestão, diminui os níveis hierárquicos, aumenta a autonomia de decisão, assegura a participação, valoriza os resultados, integra a avaliação e o controlo e se posiciona ao serviço dos cidadãos e das empresas na prossecução do interesse público.

**Pôr a Administração Pública ao efectivo serviço dos cidadãos e do desenvolvimento é o primeiro objectivo do Governo. Servir os cidadãos, as empresas, a sociedade, desburocratizar, simplificar são as palavras de ordem para o Estado e a Administração.**

A transformação da Administração do Estado não é, no entanto, espontânea nem imediata – exigindo, a par do reforço de núcleos estratégicos de formulação de políticas públicas, o respectivo acompanhamento e, necessariamente, a constituição de redes de interacção, de execução e de avaliação.

A importância chave da Administração Pública, quer na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, quer no delineamento e execução das políticas públicas num quadro em que se impõe uma redução efectiva da despesa pública, exige a preparação de actuações expressamente dirigidas à reorganização e aumento da eficácia da Administração Pública, essencial ao bem estar dos cidadãos e à capacidade competitiva nacional.

Pôr a Administração Pública ao efectivo serviço dos cidadãos e do desenvolvimento é o primeiro objectivo do Governo. Servir os cidadãos, as empresas, a sociedade, desburocratizar, simplificar são as palavras de ordem para o Estado e a Administração.

*A Reforma da Administração Pública implica por isso, necessariamente, a promoção da inovação designadamente nos domínios do emprego público, dos modelos organizacionais e da operacionalização da Sociedade de Informação na Administração Pública.* Assim, é necessária a definição de modelos organizacionais dos serviços da Administração Pública, tendo em vista o seu aperfeiçoamento, simplificação e flexibilidade, a racionalização da evolução dos efectivos da Administração Pública, através da contenção do seu crescimento e da melhoria qualitativa do perfil da função pública, e a difusão da Sociedade de Informação na Administração, especialmente no sentido de assegurar a disponibilidade electrónica de informação administrativa, promover o funcionamento dos serviços online e facilitar o acesso à Administração, por parte dos cidadãos e dos agentes económicos e sociais.

A Iniciativa Internet, proposta pelo Governo, é extremamente ambiciosa. Ter todos os formulários na net em 2002, com o respectivo envio electrónico generalizado em 2003, todos os serviços públicos «on-line» em 2005.

As reformas da administração devem incrementar a transparência e a aplicação do *princípio constitucional da subsidiariedade.*

Transparência que passa pela obrigação de pôr na Internet os relatórios de actividades dos organismos dependentes do Governo, em termos claros e acessíveis.

A realização do interesse público não tem que circunscrever-se ao dilema do «mais ou menos Estado, melhor Estado». Deve, antes, conceber um Estado que garanta a realização das tarefas fundamentais de preservação e progresso da *sociedade democrática* em condições não só de fazer bem por si próprio, na base uma permanente aposta na qualidade e numa ética exigente de serviço público, como de fazer bem através do aprofundamento dos mecanismos sociais da cooperação, da concertação, da descentralização e da partilha de responsabilidades.

Tal perspectiva propõe uma renovação de paradigma. No respeito mais escrupuloso pela realização dos direitos fundamentais, designadamente os de natureza económica e social. Mas no apelo a uma ideia de solidariedade incorporada na própria consciência e vivência cívicas da cidadania e não por alienação das responsabilidades a benefício do individualismo e do egoísmo, que certos estereótipos dominantes tendem a fazer prevalecer.

### **O Partido: um espaço aberto de pluralismo e solidariedade**

Precisamos de um Partido motivado e mobilizado, mas permanentemente virado para a sociedade e para os problemas dos portugueses. Demonstrámo-lo sempre, ao longo da história do PS, capacidade de inovação e de ligação à sociedade.

**O PS elege este Congresso como ponto de afirmação de uma reforçada atitude de abertura - não só ao exterior do círculo dos seus militantes, não só cada vez mais à sociedade civil; mas à consideração e ao debate de problemas e preocupações que não têm cabido no limitado círculo da política portuguesa.**

Devemos manter-nos fiéis a uma tradição de pluralismo, de confronto de ideias e de solidariedade. Importa, porém, preservar a lealdade, quer no assumir das diferenças, quer no favorecer da coesão. Só um PS forte, afirmativo e aberto à sociedade poderá combater os fenómenos de descrença na vida política, de descrédito das causas cívicas e de abstencionismo.

*O PS elege este Congresso como ponto de afirmação de uma reforçada atitude de abertura - não só ao exterior do círculo dos seus militantes, não só cada vez mais à sociedade civil; mas à consideração e ao debate de problemas e preocupações que não têm cabido no limitado círculo da política portuguesa.* E cumpre reconhecer que esse círculo é um círculo de raio curto. Tende a privilegiar o dia a dia, a rotina informativa, o convencional, os pequenos trocos. À verdade, sobrepõe a sedução do escândalo; ao universal antepõe o ao pé da porta; à prospecção prefere o aqui e agora; à prevenção de riscos privilegia a gestão de agravos; à equanimidade dos juízos e das atitudes sobrevaloriza a radicalização do discurso e o ataque cerrado; à consideração do interesse geral, o interesse dos pequenos grupos de pressão.

Mas se precisamos de um Partido Socialista capaz de assumir as suas diferenças internas, mas unido no essencial e fiel aos seus princípios e valores, precisamos também de todos aqueles que, por partilharem os nossos projectos, se associaram connosco na construção do projecto da Nova Maioria, que queremos alargar e consolidar.

**O PS deverá manter-se fiel ao espírito dos Estados Gerais. Partido aberto ao exterior, o PS tem de ser também um Partido aberto a si próprio, aos seus militantes. Tem aqui, em particular, de prosseguir a via da paridade, reforçando progressivamente o papel das mulheres na vida partidária e institucional a todos os níveis e abrir caminho à participação das novas gerações.**

Um PS autónomo que seja capaz de garantir a confiança indispensável para afirmar e reforçar o seu projecto em defesa dos nossos valores comuns precisa de se manter aberto à sociedade e à cultura - pedindo e merecendo a confiança dos portugueses e continuando a praticar o diálogo e a concertação, como marcas de liberdade e de solidariedade.

*O PS deverá, assim, manter-se fiel ao espírito dos Estados Gerais - aberto e não sectário - no qual convergem e têm de continuar a convergir cidadãos com os mais diversos percursos políticos, com a única condição de reconhecerem no Partido Socialista e na sua identidade um projecto positivo, mobilizador e de mudança para Portugal.* O Socialismo Democrático é um movimento, um projecto sempre em renovação - a sua história é a de uma luta constante dos cidadãos e da sociedade pela reforma social, com respeito pela liberdade. *Saberemos merecer essa herança de combate generoso e aberto, contra a intolerância e o dogmatismo.* O PS confia sobretudo neste ano de eleições autárquicas no dinamismo e na capacidade dos seus militantes e dirigentes a nível concelhio, distrital e regional – sendo devida uma palavra especial à militância sempre generosa dos elementos da JS. O PS conta com a valiosa experiência dos seus militantes empenhados na vida sindical e nas secções de empresa para ajudar a fomentar permanentemente a abertura à sociedade civil correspondendo aos seus anseios de progresso.

**Temos de dar oportunidades de emergência aos novos quadros, tantas vezes portadores de uma outra cultura de rigor e exigência, tão necessária para prestigiar o exercício da vida política. É um desafio renovador que hoje se coloca ao PS e que o Congresso tem de impulsionar com coragem e determinação.**

Partido aberto ao exterior, o PS tem de ser também um Partido aberto a si próprio, aos seus militantes. Tem aqui, em particular, de prosseguir a via da paridade, reforçando

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

progressivamente o papel das mulheres na vida partidária e institucional a todos os níveis e abrir caminho à participação das novas gerações.

Nestes termos, o PS deverá lançar um grande debate nacional sobre a redução da idade do voto e objectivos quantificados mais ambiciosos, no caminho da paridade. Por exemplo em 2004 deveríamos ter uma norma de participação de cada um dos sexos em lugares de responsabilidade política não inferior a um terço.

Um partido político resultante na sua forma actual de uma Revolução naturalmente decapitadora de gerações corre o risco, se não romper corajosamente com a sua rotina interna, de ver prolongar-se um domínio geracional da sua direcção. *Temos de dar oportunidades de emergência aos novos quadros, tantas vezes portadores de uma outra cultura de rigor e exigência, tão necessária para prestigiar o exercício da vida política.* É um desafio renovador que hoje se coloca ao PS e que o Congresso tem de impulsionar com coragem e determinação.

**O PS deverá lançar um grande debate nacional sobre a redução da idade do voto e objectivos quantificados mais ambiciosos, no caminho da paridade. Por exemplo em 2004 deveríamos ter uma norma de participação de cada um dos sexos em lugares de responsabilidade política não inferior a um terço.**

Neste quadro o Congresso deve permitir que, no próximo mandato da Comissão Nacional, se realize um processo de revisão estatutária de carácter extraordinário, apto a acolher decisivas inovações e corrigir distorções existentes.

Devem ser seus objectivos, nomeadamente:

- A garantia de uma efectiva abertura à sociedade permitindo ao partido, de forma inovadora, a cooperação regular com os elementos mais dinâmicos daquela, nomeadamente inovando na estruturação interna e modo de funcionamento dos seus órgãos de direcção.

O PS iniciou de maneira exemplar o ciclo político que deu lugar a uma «Nova Maioria», celebrada com os eleitores na base de um Contrato de Legislação, em 1995, nos Estados Gerais. Com a sua atitude o PS pôs fim a um ciclo de vida política autoritária, baseada no autismo partidário das orientações políticas, com secundarização das regras da separação de poderes e o conflito aberto com as chamadas «forças de bloqueio».

O aprofundamento de uma nova relação de confiança, que permitiu a alternância democrática, pode e deve ser acompanhada por uma reforma de procedimento partidário tradicional, no sentido de favorecer a própria institucionalização e vivência regular dos modos de relacionamento e de cooperação entre o partido, os seus militantes e dirigentes e as personalidades independentes disponíveis para a vivência permanente do espírito do Contrato de Legislação.

- A garantia de uma mais eficaz participação democrática no processo de formação das orientações políticas dando oportunidade efectiva de intervenção a todos os militantes, dirigentes e titulares eleitos em órgãos de representação democrática do Estado.

- A maior partilha de responsabilidades nas decisões do partido, nomeadamente pela articulação mais conforme com o Estado de Direito democrático da ligação entre o partido e os seus representantes eleitos, impulsionando ao mesmo tempo as próprias Reformas Institucionais do Estado, incluindo as leis eleitorais.

**O nosso objectivo último é o de reconciliar os cidadãos com a vida política e o funcionamento das instituições democráticas. Neste sentido apelamos não apenas ao PS, mas a todos os partidos e forças sociais, para um esforço conjunto de mudança e renovação.**

*A democracia política, com a sua natureza pluralista, não pode prescindir da existência de partidos políticos fortemente representativos e aptos a contribuir para o exercício do poder político.* Porém, é preciso não esquecer que o fundamento da democracia é a soberania popular e que, como tal, o seu grande princípio ordenador reside no primado da participação dos cidadãos na vida política.

Importa, por isso, reconhecer também que todas as questões ligadas ao modo de formação e ao processo de funcionamento dos partidos políticos devem ser encaradas como matérias de interesse público relevante e não apenas como questões reservadas ao interesse particular dos seus filiados.

O nosso objectivo último é o de reconciliar os cidadãos com a vida política e o funcionamento das instituições democráticas.

Neste sentido apelamos não apenas ao PS, mas a todos os partidos e forças sociais, para um esforço conjunto de mudança e renovação.

**Preservar a autonomia estratégica do PS, compreender a dinâmica de evolução da sociedade portuguesa**

Vivemos um paradoxo no sistema político. À esquerda do Partido Socialista, dez por cento de portugueses têm sido sistematicamente impedidos de contribuir directamente para a governabilidade de uma sociedade moderna, europeia e em mudança. Esta questão é tanto mais grave para o País quanto é certo que não surge, à direita do PS,

ainda que ideologicamente em oposição a nós próprios, qualquer projecto modernizador para a sociedade portuguesa.

O maior partido da oposição vive com o complexo de bota-abaxo, numa postura agressiva e radical, mas, pior do que isso, não é capaz de interpelar o Governo, o PS e a sociedade em nome de respostas diversas aos novos desafios das sociedades modernas. Assume permanentemente como actuais os problemas de há uma ou duas décadas que, aliás, nem sequer soube enfrentar quando tinha responsabilidades governativas.

**Vivemos um paradoxo no sistema político. À esquerda do Partido Socialista, dez por cento de portugueses têm sido sistematicamente impedidos de contribuir directamente para a governabilidade de uma sociedade moderna, europeia e em mudança. Esta questão é tanto mais grave para o País quanto é certo que não surge, à direita do PS, ainda que ideologicamente em oposição a nós próprios, qualquer projecto modernizador para a sociedade portuguesa.**

O PSD olha para as questões da nova economia e da nova sociedade com os olhos típicos de um antigo professor de finanças públicas, que repete à sociedade as receitas de ortodoxia financeira, que nunca foram aliás aplicadas pelos seus governos, os mais gastadores de sempre no crescimento da despesa pública, numa visão estritamente macro-económica, totalmente avessa à compreensão dos modernos problemas da competitividade e da inovação.

Se a isto juntarmos o populismo descamisado da outra direita, mais compreendemos que a inexistência à esquerda do PS de uma força política aberta, moderna, europeia, representando as novas dinâmicas sociais, seja ela o PCP, o BE ou outro qualquer que possa emergir no espectro político, é a mais grave lacuna do nosso sistema partidário e o mais sério obstáculo à melhor governabilidade em torno de soluções políticas mais estáveis, assentes nos valores da solidariedade e da justiça social.

O PS deve lançar um desafio claro de mudança a quem pretenda mediar politicamente o eleitorado à sua esquerda, para que evolua e contribua efectivamente para a governabilidade, assente na procura de soluções modernas, com abertura e espírito de diálogo construtivo, para os grandes problemas nacionais.

Este desafio não corresponde a uma renúncia à autonomia estratégica do PS, antes a exige, reforçando aliás a respectiva viabilidade. Até porque essa governabilidade não é possível sem um PS forte, plural, com vocação maioritária e abertura a todas as expressões de progresso à esquerda e ao centro da vida política.

Agora o que é absurdo é que haja quem traduza a sua hipotética opção de esquerda pela recusa em contribuir com o PS para a governabilidade, numa lógica de quanto pior melhor, fazendo do ataque aos socialistas o objectivo último da sua expressão política.

**O desafio lançado não corresponde a uma renúncia à autonomia estratégica do PS, antes a exige, reforçando aliás a respectiva viabilidade. Até porque essa governabilidade não é possível sem um PS forte, plural, com vocação maioritária e abertura a todas as expressões de progresso à esquerda e ao centro da vida política. Agora o que é absurdo é que haja quem traduza a sua hipotética opção de esquerda pela recusa em contribuir com o PS para a governabilidade, numa lógica de quanto pior melhor, fazendo do ataque aos socialistas o objectivo último da sua expressão política.**

Não se trata de defender uma opção uniformizadora, mas de suscitar uma solução capaz de afirmar uma política social mais exigente, defensora de uma sociedade europeia moderna - a partir da evolução democrática dos partidos actuais ou pela criação de uma nova força política.

Esta opção implica que não existindo uma força política apta a assumir uma governabilidade estável e coerente com o Partido Socialista, este está preparado para disputar sozinho as próximas eleições autárquicas, mantendo-se apenas os acordos presentemente em vigor, devendo porém exercer a sua acção no sentido de facilitar a emergência de uma nova solução que favoreça a estabilidade futura do próprio sistema político.

**Não existindo uma força política apta a assumir uma governabilidade estável e coerente com o Partido Socialista, este está preparado para disputar sozinho as próximas eleições autárquicas, mantendo-se apenas os acordos presentemente em vigor.**

A autonomia estratégica do Partido Socialista quanto a alianças deve assim manter-se. Com abertura, nos termos referidos e perante a evolução do sistema político, mas centrada no respeito dos princípios e na prática da esquerda democrática europeia.

**António Guterres**



## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO NACIONAL: SOCIALISMO EM DEMOCRACIA



António Brotas  
1º Subcriber

### I - A responsabilidade do PS

**O futuro do país depende em grande parte da evolução do Partido Socialista. O objectivo desta moção é fazer com que o PS encare de frente, neste Congresso, esta sua responsabilidade.**

O Partido Socialista está no poder; continuará normalmente no poder nestes próximos dois ou três anos; a probabilidade de vir, de novo, nas próximas eleições legislativas, a ser o partido mais votado mantém-se alta; nas próximas eleições autárquicas tem, também, boas condições para ter um bom resultado, com algumas vitórias importantes e poucas derrotas. O PS tem dirigentes com provas já dadas em matéria de campanhas eleitorais. Verdade se diga, os nossos adversários têm-nos dado, algumas vezes, com a sua inépcia, alguma ajuda. Em qualquer caso, se estivéssemos unicamente preocupados com os resultados eleitorais do PS, não nos dariamos ao trabalho de apresentar esta moção; limitar-nos-íamos a dar uma ou outra sugestão e, neste próximo Congresso, iríamos para as bancadas dar um contributo com as nossas palmas para a satisfação geral.

*Mas, um partido é muito mais do que um simples aparelho eleitoral.* Aos seus militantes pede-se algo mais do que a simples participação em desfiles e comícios, ou a afixação de cartazes, actividade, aliás, cada vez mais dispensada. O papel dos militantes não se esgota, também, na simples participação com a sua presença e as suas palmas em Congressos para que sejam eleitos em listas colectivas, frequentemente, listas únicas.

Os partidos políticos são os órgãos básicos da construção da Democracia e os seus militantes são cidadãos que se aglutinaram, exactamente, porque entenderam ser essa a melhor forma de contribuir para o seu país. É essa a sua motivação profunda.

Os militantes de base, para conseguirem fazer algo que seja um contributo visível precisam, ultrapassando desânimos e dificuldades, de manter uma atitude continuada de participação, de crítica, de reflexão, de sentido das responsabilidades, de busca de soluções, e até, de sonho e crença nas possibilidades do seu partido e do seu país.

Em particular, *os militantes que aceitem ser candidatos a um Congresso, devem estar cientes de que aceitam uma responsabilidade e que, nalguma medida, o futuro do seu partido e do seu país deles depende.*

O PS teve, tem e continuará a ter um papel central na construção da Democracia portuguesa. *Tem, por isso, uma grande responsabilidade para com o país.* Esta responsabilidade repousará nos que vierem a ser delegados ao Congresso.

Temos preocupações que tocam o centro da vida do partido e que se relacionam com práticas e rotinas que se foram estabelecendo ao longo destes anos. Queremos expô-las aos delegados no Congresso, pedindo-lhes que procurem corrigir erros e diminuir deficiências que, a nosso ver, estão na origem de dificuldades que o partido atravessa e, *o que é mais grave, o impedem de desempenhar plenamente o papel que está ao seu alcance e o país dele pode esperar.*

Acreditamos ser este o momento propício para o PS olhar estes problemas de frente e começar, lenta, seguramente e sem rupturas, a superar defeitos interiores. *É esta a razão de ser e a motivação central desta moção.*

Receamos que, sob a aparência do nada acontecer, da continuidade e do entendimento, se nada for feito, o partido se esteja, por dentro, a definir.

Não vemos, na verdade, como é que a Democracia pode ser construída em Portugal sem o PS. *As preocupações sobre o modo de funcionamento do PS são, assim, preocupações sobre o futuro do nosso país.*

### II - As moções dos anteriores Congressos

*Os partidos políticos são, ou devem ser, grandes espaços de reflexão sobre o modo de construção das sociedades.* Quando não desempenham esta tarefa esvaziam-se por dentro e perdem coesão.

No plano dos princípios não há no interior do PS divergências significativas. A leitura das moções apresentada no Congresso de há dois anos revela uma clara consciência da necessidade de um debate interno e uma notável sintonia no plano dos propósitos e desejos relativos ao futuro.

Sendo um partido de espectro largo, o PS não tem no seu interior nenhuma ruptura ideológica. Para além da moção do Secretário Geral, desejamos referir outras, apresentadas ao anterior Congresso, cuja redacção apreciamos e com que nos sentimos francamente identificados no plano dos princípios e das ideias gerais.

Referimo-nos às moções de orientação nacional subscritas por Pedro Jordão e por Manuel Alegre e outros, e às moções sectoriais de índole geral subscritas por Reis Borges, João Carlos Soares, Rui Costa, José Manuel Rodrigues Marto, Secretariado da Concelhia de Lisboa, e Secções de Acção Sectorial da FAUL ( a ordem é a da publicação na Acção Socialista).

Estas moções foram, em conjunto com as outras que não chegaram a ser apreciadas pelo Congresso, remetidas para apreciação à Comissão Nacional que as ouviu e recomendou

em bloco.

Não vamos tentar repetir aqui, por palavras nossas, o que nelas foi escrito, porque não o fariamos melhor e porque consideramos que os Congressos não devem ser ocasião para exercícios de repetição de trabalhos anteriores.

Limitamo-nos a dizer que, dum modo geral, concordamos com elas e as consideramos inteiramente actuais.

*Mas perguntamos, também, porque é que tantos textos válidos tiveram, no fundo, um tão pequeno, ou quase nulo, impacto sobre a vida do Partido Socialista?*

Com esta pergunta tocamos uma questão central relacionada com o Congresso de 1999, não tanto com o que lá se passou, mas com o que se seguiu.

Da moção de António Guterres apresentada no anterior Congresso transcrevemos:

«... importa reconhecer que a estrutura organizativa actual do PS apresenta ainda insuficiências quanto à capacidade de responder aos desafios do relançamento da militância e à adopção de formas mais eficazes de relacionamento com uma sociedade civil cada vez mais complexa e diversificada.

*Razão pela qual entendemos que após as eleições legislativas de 1999 a Direcção do PS deverá promover a criação de um Fórum que promova um debate e um documento orientador sobre a reforma da estrutura organizativa do Partido face aos novos desafios com que seremos confrontados nos próximos anos em nome do nobre ideal da participação política democrática.»*

*Porque não se realizou este Fórum?* Compreendemos que o Secretário Geral, simultaneamente Primeiro Ministro, não se tenha podido encarregar do assunto. *Mas como explicar que numa Comissão Nacional, eleita numa lista única de apoio à moção do Secretário-Geral, ninguém tenha levantado o assunto nem tenha surgido uma equipe disposta a levar a tarefa para diante?*

*Era neste Fórum que as moções Sectoriais e outros textos podiam ser apreciados e discutidos. Era neste Fórum que podiam ser apreciados contributos de militantes e independentes sobre os grandes problemas da vida nacional: da Educação, da Saúde, da Segurança, da Justiça, das Forças Armadas, da Economia, do trabalho e do desemprego, da Indústria, da Agricultura, do Ambiente das Reformas Fiscais e Administrativa, das Revisões Constitucionais, da Regionalização da Reforma autárquica.*

*Era neste Fórum que o PS se devia debruçar sobre os grandes problemas que resultam da globalização e da complexidade do mundo onde vamos viver.*

*Porque não foi nada feito? Porque não cumpriu a Direcção a tarefa para que foi mandatada? Aparentemente, se, ao menos, de quanto isso foi grave?*

*Perderam-se dois anos. O que podemos fazer, neste momento, é retomar com insistência a proposta de António Guterres de 1999, com as precisões adicionais de o Fórum dever ser continuado e ser a Comissão Nacional, eleita por este Congresso, a entidade responsável pela sua efectivação, devendo, para o efeito, designar uma equipe responsável pela sua concretização, de que poderão fazer parte elementos exteriores à Comissão Nacional, e que deverá fazer um relatório anual dado a conhecer ao partido.*

### III - A revisão dos Estatutos

Há um outro problema de importância crucial que se relaciona com este Congresso: *o da revisão dos Estatutos.*

O empobrecimento flagrante da vida interna do partido, muito em especial ao nível das federações, resulta, em grande parte, a nosso ver, de deficiências estruturais dos actuais Estatutos.

Considerámos, assim, que o adiamento da revisão para um futuro congresso depois de não ter sido possível em dois congressos seguidos, *era altamente inconveniente para o partido.*

Não tendo, nem a Comissão Nacional, nem a Comissão Política Nacional decidido, nas suas últimas reuniões, incluir a revisão estatutária na Ordem de Trabalhos deste XII Congresso, estávamos dispostos, dada a importância que atribuímos ao assunto, a insistir com o Secretário-Geral até à abertura do Congresso, para ser ele, usando a competência que os Estatutos lhe conferem, a propor esta inclusão.

Ao lermos a Ordem de Trabalhos aprovada para este Congresso pela Comissão Nacional encontramos o artigo nº 5 que diz:

*«Deliberação derogatória de primeira parte do nº 2 do artigo 6 do nº 1 do artigo 115 dos Estatutos, reconhecendo ao Congresso Nacional a faculdade de delegar na Comissão Nacional poderes de revisão extraordinária dos estatutos, no decorrer do primeiro ano do próximo mandato, por maioria de dois terços.»*

A leitura deste artigo nº 5 mostra-nos em que foi procurada uma fórmula para resolver o problema.

A delegação da competência na Comissão Nacional talvez seja, neste momento, a única fórmula possível, *mas entendemos que deve ser usada com um grande cuidado e precauções adicionais.*

Fazemos notar que uma questão central da revisão dos Estatutos é a *questão das*

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

*inerências*, que se arrasta há anos e tem criado um permanente mal estar no interior do partido. *Acabar com as inerências nos Congressos Nacional e das Federações é desejo de muitos sectores do partido.*

Normalmente, a revisão devia ser decidida no Congresso em que só pode haver, no máximo, 25 por cento de delegados por inerência.

Com a transferência da competência para a Comissão Nacional, a revisão vai ser decidida por uma Comissão cujos elementos são todos, com os actuais Estatutos, delegados por inerência ao Congresso Nacional.

No momento actual, com as inerências e com a eleição prévia do Secretário Geral e dos Presidentes das Federações, os Congressos arriscam-se a ser meras reuniões de consagração com muito pouco interesse.

Os elementos da Comissão Nacional vão necessitar de uma grande isenção e de um sentido muito profundo dos interesses do partido para acabarem com as próprias inerências.

O partido necessita de se debruçar sobre esta questão para encontrar uma solução que obtenha um largo consenso. É necessário, ainda, que aqueles que para ela contribuírem tenham acesso à Comissão Política para a expor e defender.

Propomos, assim, à semelhança do que se fez com as moções sectoriais no Congresso anterior, que as propostas de revisão dos Estatutos apresentadas a este Congresso *subscritas por 20 delegados transitem automaticamente para a Comissão Nacional*, podendo os representantes dos que as subscreveram ir às reuniões da Comissão Nacional onde seja discutida a reforma dos Estatutos, podendo, ainda, participar noutros encontros e comissões que a Comissão Nacional crie para estudar o assunto.

Pela nossa parte, consideramos que para resolver o problema será necessário procurar soluções mistas e nalguma medida inventivas.

Acreditamos que, convenientemente abordada a questão, o partido conseguirá chegar a uma solução de consenso.

A apresentação de propostas, sob a forma de moções, que transitem depois para a Comissão Nacional, é a forma indicada para, já neste Congresso, começarmos a abordar o problema.

Alguns dos subscritores desta moção propõem-se apresentar uma moção sectorial com uma proposta de revisão semelhante a uma outra que tentaram apresentar no Congresso anterior. Consideramos útil apresentá-la, já aqui, em linhas gerais e com alguns dos argumentos que a justificam:

«Se, nos Congressos com a forma actual, fossem pura e simplesmente suprimidas as inerências, os Congressos perderiam qualidade e, nalguns casos, podiam transformar-se em reuniões inconsequentes e caóticas.

Um partido não pode exigir aos seus quadros mais valiosos, muitas vezes empenhados em tarefas fundamentais, que, para serem delegados aos Congressos tenham, necessariamente, de se fazer eleger, em eleições por lista, nas suas secções, nalguns casos praticamente fechadas e, noutros, com uma vida política com horizontes muito limitados.

Mas, com as disposições actuais, o partido estratifica-se, envelhece e pouco se renova. Nos Congressos Nacional e das Federações os delegados por inerência não ultrapassam um quarto dos delegados. Mas, quando são eleitas a Comissão Nacional e as Comissões Políticas das Federações, frequentemente por lista única, a grande maioria dos seus elementos provém dos delegados inerentes.

Formam-se assim, a nível Nacional e das Federações, camadas de dirigentes que, de inerência em inerência, de Congresso em Congresso, se mantêm dirigentes, dependendo só, para se manter nesta condição, de quem faz as listas.

Inevitavelmente, afastam-se das Secções que muitos deles passam a olhar como um mundo distante.

*Creemos que será possível, para ultrapassar esta situação, encontrar formas mistas, que mantendo a eleição dos delegados nas secções, permitam a outros militantes ser eleitos delegados por via de listas votadas directamente por todos os militantes das Federações, ou mesmo directamente à escala nacional.*

Outros subscritores tencionam apresentar uma importante proposta de reestruturação dos Estatutos com a substituição da Comissão Nacional e da Comissão Política Nacional por um único órgão representativo e de eleição individual, *«que será o órgão, por excelência, da pluralidade e do debate político».*

Outros, ainda, dispõem-se a propor a supressão da exigência das listas completas na eleição dos delegados das Secções aos Congressos, que tem dificultado muito a representação das minorias e o aparecimento de mais listas. (De facto, neste Congresso, são exigidas listas completas com 50 por cento e mais um suplentes).

Fazemos um apelo aos delegados que venham a ser eleitos e tenham propostas a fazer sobre a Revisão dos Estatutos, para que as apresentem, *até à data limite de 20 de Março*, sob a forma de moções sectoriais que possam, depois, transitar para a Comissão Política.

### IV - As críticas do exterior e a prática interna

Na Comunicação Social surgem, frequentemente, ataques ao PS, alguns injustos e outros mais ou menos instigados por outros partidos. À parte os exageros, é uma situação que podemos considerar normal num regime de liberdade de expressão, que o PS defende e sempre defenderá.

O PS não tem que se preocupar muito com estas críticas (salvo nos casos de manifesto exagero e má fé). Compete à Comunicação Social exprimir os pontos de vista da sociedade civil, mas esta tarefa é sempre, inevitavelmente, desempenhada com alguma distorção.

Não convém, aliás, confundir a influência superficial de alguns comentadores particularmente hábeis, mas especializados só nos acontecimentos imediatos, com efeitos profundos e a longo prazo.

Com respeito aos outros partidos, há que dizer que os sectores da opinião pública que hoje consideram que o PS governa mal, estão, também, firmemente convencidos de que os outros partidos não fariam melhor.

O que pode verdadeiramente preocupar os militantes do PS, é a insuficiência e superficialidade com que vêm tratados na Comunicação Social vários grandes problemas da vida nacional.

Mas, nesta matéria, o PS tem responsabilidade. Com efeito, frequentemente, as decisões do Governo só são dadas a conhecer à opinião pública, na fase última, com uma justificação final, mas sem elementos que mostrem, de um modo convincente, serem as mais adequadas.

Cria-se, assim, a ideia de as grandes decisões serem tomadas no país, ao nível dos gabinetes ministeriais, de um modo nem sempre coordenado, e com base em estudos de núcleos fechados, que nem sempre terão sido os suficientes.

Esta ideia já existia no tempo dos governos do PSD, mas acentuou-se nos últimos tempos. Os militantes do PS só têm, em relação aos outros cidadãos, a informação adicional de saberem que os gabinetes de estudo do partido têm estado praticamente fechados.

O próprio Grupo Parlamentar do PS surpreende, frequentemente, os militantes com iniciativas que nem sempre correspondem ao seu sentir e, outras vezes, variam de ano para ano, sem os militantes ficarem a saber propriamente porquê.

Os deputados não se têm, aliás, mostrado particularmente atentos para ouvirem as opiniões e sugestões dos militantes do PS.

Nesta moção não vamos, dar exemplos que documentem o que referimos, *exactamente porque os exemplos (alguns a exigir atenção urgente) são muitos*, e o Congresso não poderia, de modo algum, debruçar-se sobre eles.

Não vamos, também, relatar aspectos da vida interna do PS que nos parecem particularmente errados, porque os congressistas os conhecem, e porque o que *desejamos, verdadeiramente, é contribuir para a criação de condições que os possam alterar e melhorar.*

O PS precisa, no essencial, de modificar a sua prática. Não a sua ideologia.

A proposta básica que fazemos, é a de que, sem demora, na sequência deste Congresso, seja posto em marcha o Fórum proposto por António Guterres em 1999, espaço de debates e reflexão, e que sejam activados Gabinetes de Estudo em que os técnicos do PS possam contribuir, com o seu saber, para o partido e para o país.

Sem isto o PS é um conjunto de órgãos dispersos e desconexos.

Se este Fórum e os Gabinetes de Estudo vierem a funcionar, a eles levaremos os muitos dos assuntos que aqui omitimos por absoluta impossibilidade de o Congresso os tratar. A sociedade civil não é um corpo exterior ao PS. O PS faz parte da sociedade civil. Mas, muitas vezes, as bases do PS têm a sensação de ser a parte da sociedade civil menos ouvida pelos dirigentes do PS.

O PS precisa, verdadeiramente, de uns Estados Gerais abertos ao seu interior. Abertos, também, naturalmente a quem queira vir do exterior: a pessoas, mas não a grupos, porque senão, as negociações passam, de novo, por cima, da cabeça dos militantes do PS.

O Fórum referido e os Gabinetes de Estudos podem e devem ser os elementos essenciais e permanentes desses Estados Gerais.

Há grandes debates que estão a faltar na Sociedade portuguesa e, que inevitavelmente, se irão a desenrolar: sobre a Educação, o Ordenamento do Território, a Economia e outros.

O PS tem toda a vantagem em os iniciar no seu interior.

### V - A apresentação desta moção

Apesar dos seus muitos defeitos, os Congressos são uma oportunidade dada aos militantes de base para influenciarem o futuro do seu partido.

Para o fazerem precisam, nas suas secções, de organizar e apresentar listas de candidatos a delegados ao Congresso.

É uma tarefa que exige esforço, mas está ao alcance da generalidade dos militantes das secções de residência e sectoriais.

Nos termos do Artigo 58 dos Estatutos as candidaturas a delegados das secções são apresentadas *com base em moções políticas de orientação nacional*. Estas moções podem ser apresentadas por quaisquer militantes do PS devendo, no entanto (nos termos do Regulamento aprovado para este Congresso) ter 50 delegados eleitos para serem apresentadas no Congresso.

A eleição do Secretário Geral e a eleição dos delegados das secções são feitas no mesmo dia, mas são eleições distintas.

Os candidatos a Secretário Geral do PS têm, imperativamente, de apresentar uma moção de orientação geral, mas os Congressos ficam empobrecidos quando as únicas moções gerais apresentadas são estas apresentadas pelos candidatos a Secretário Geral.

Sobretudo, numa situação como a actual em que, quase certamente, haverá um único candidato, o nosso camarada António Guterres, com um larguíssimo apoio do partido. Com efeito, ninguém pode esperar que o pensamento político de António Guterres coincida com o de todos os sectores do partido.

Os sectores do PS que se sintam capazes e achem oportuno apresentarem ao Congresso moções de orientação geral devem fazê-lo.

É esse o maior contributo que podem dar ao Congresso.

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

Sem isso, o Secretário Geral fica sem poder sentir o que pensam e propõem outros sectores do partido e arrisca-se, de mistura com elogios e sugestões pontuais, a ficar a ouvir-se a si próprio.

Queremos claramente dizer que não há, da nossa parte, qualquer oposição à candidatura de António Guterres a Secretário Geral.

Consideramos que partido precisa, neste momento, da sua continuação como Secretário Geral e que lhe deve ser dado todo o apoio.

Mas o apoio a António Guterres não significa abdicarmos de opiniões próprias e do direito de as exprimir no local mais adequado, no Congresso do Partido Socialista.

A liberdade de crítica e de opinião é o bem mais precioso de PS.

O seu uso só pode beneficiar o partido.

### VI – Apelo aos militantes

Esta moção foi preparada por militantes do PS de Secções de Lisboa e de Concelhos vizinhos que, por imperativos de tempo e outros, não tiveram possibilidade de a discutir previamente com militantes de outras secções.

A moção será publicada na «Acção Socialista» e será apresentada no Congresso se as listas que a ela se referirem elegerem 50 delegados.

Queremos dizer que estamos, em princípio, de acordo com esta exigência. Não pode ser dado a todos os militantes que escrevem uma moção de orientação global «tempo de antena» para a apresentar no Congresso em pé de igualdade com o Secretário Geral.

O número de 50 delegados parece-nos inteiramente razoável. Mas acontece que a «Acção Socialista» tem uma tiragem de 5.500 exemplares, cerca de um décimo do número de militantes do PS. A esmagadora maioria das Secções do PS não a recebe e os assinantes só vão receber o número em que vão ser publicadas as moções quase sobre a data limite de apresentação das listas de candidatos nas secções (12, 13 ou 14 de

Março).

Assim, a esmagadora maioria dos militantes não terá, muito provavelmente, conhecimento desta nossa moção antes da data limite de apresentação das listas.

Faremos o possível para divulgar esta moção, mas é de crer que ela só poderá ter os 50 delegados eleitos se militantes nossos desconhecidos, com quem não temos nenhum contacto, tomarem a iniciativa de organizarem e apresentarem listas a ela referidas nas suas secções.

Será isto possível? Não está muito nos hábitos do PS. No entanto, se tal vier a acontecer nalgumas secções, queremos dizer aos militantes eleitos por essas listas que teremos muito prazer em os encontrar no Congresso (se nós próprios formos eleitos) e o que lhes propomos será, se tivermos 50 eleitos, que nos encontremos no Congresso combinar o melhor modo de gerir o tempo que nos for dado para apresentar a lista.

Depois, se tal for possível, tentaremos apresentar uma lista de candidatos à Comissão Nacional do PS. Se o conseguirmos, teremos certamente eleitos e mostraremos que no PS o renascimento é, também, possível de baixo para cima. Se o não conseguirmos, teremos forçado o caminho para que tal seja possível num próximo Congresso.

Uma coisa estamos convictos, é este o caminho do renascimento do Partido Socialista. Fazemos um apelo aos que pensam o mesmo para tentarem connosco aquilo que muitos julgam impossível.

**António Brotas; Edmundo Pedro; José Cardoso Fontão;  
Maria Cristina Neto; António Lopes Vieira; Alvaro Rodrigues;  
Jaime Bastos Gonçalves; José António Coelho da Fonseca;  
Joaquim Maria Prada; António Pires dos Santos;  
Armando Ramalho; Viriato Wolfango de Macedo;  
Concepcion Tiple Oliveira; Prieto de Oliveira; Diamantino Neto;  
João Ramos Chasqueira; Mário Pedro**



## XII CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA MOÇÃO PORTUGAL PRIMEIRO



Henrique Neto  
1º Subscriitor

**A** evolução política do Partido Socialista, após o impacto criado pelo grande movimento cívico, político e social que foram os Estados Gerais Para Uma Nova Maioria, que resultou no fim do cavaquismo e na nova experiência do PS no poder, a que se junta a própria evolução nacional, europeia e mundial, são razões que justificam, cinco anos passados, uma reavaliação do caminho percorrido através da realização do XII Congresso do Partido Socialista. Congresso que deve permitir um debate amplo e livre, participado por todos os socialistas, que não se esgote na análise do passado e nas querelas do presente, mas traga novas perspectivas para o futuro do PS e de Portugal.

A presente moção não tem como objectivo disputar o poder a quem o tem exercido com legitimidade, mas tão só contribuir para o debate, que há muito achamos necessário e mesmo urgente, debate que deve ser corajoso, realista e actual, centrado nos desafios que se colocam a Portugal e ao Partido Socialista, à entrada do novo milénio. Ocasão de grande significado, que deve ser aproveitada para afirmar os progressos alcançados, nos mais variados domínios, pelos governos do Primeiro Ministro António Guterres, mas que não deve desconhecer os sérios desafios colocados a Portugal e aos portugueses, bem como não pode escamotear algumas fraquezas da governação do País, colocando sempre o prestígio e o progresso de Portugal, bem como a melhoria da vida dos portugueses, em particular os de mais baixos recursos económicos e educacionais, na primeira linha das preocupações do poder político. O que implica encontrar novas formas de melhorar o exercício da actividade política, qualificando-a e tornando-a mais transparente e compreensível aos olhos dos cidadãos, no sentido de uma cultura de participação na vida democrática, em linha com a tradição e a vocação do Partido Socialista.

Porque, sejamos claros, a actividade política é mal vista em Portugal por razões frequentemente verdadeiras, compreensíveis e até facilmente demonstráveis, que têm a ver com o mau funcionamento dos partidos políticos e a sua hegemonia na vida da Nação, com o egoísmo dos interesses estabelecidos, políticos e corporativos, com a inexistência de uma verdadeira pedagogia cívica e com a má qualidade e a impreparação para a actividade governativa de alguns dos actores políticos. Apesar disso os portugueses, depois de quase cinquenta anos de regime autoritário que esmagou a prática e a cultura democráticas, nunca deixaram, antes e depois do 25 de Abril de 1974, de responder presente a todos os chamamentos da democracia, participando sempre que lhes foi pedido e fazendo as suas escolhas com notável bom senso e patriotismo. Trata-se de uma realidade exemplar que não pode ser ignorada e que implica uma responsabilidade acrescida para os cidadãos que detêm responsabilidades políticas, naturalmente maiores para aqueles que no topo das hierarquias partidárias representam o poder político, seja no governo seja na oposição.

Esta moção, «Portugal Primeiro», parte da consciência desta realidade para uma procura de novas vias de dar resposta aos anseios, à disponibilidade e às capacidades dos portugueses, sem quaisquer preconceitos ou interesses pessoais ou de grupo, mas conscientes da liberdade de pensamento e de acção que adquirimos em 25 de Abril de 1974. Conscientes também de que as divergências ideológicas, sendo naturais em todas as sociedades, não são o problema essencial no Partido Socialista, como provavelmente não o serão entre a maioria dos portugueses, pelo que não surpreenderá que a presente moção se debruce essencialmente sobre a gestão do Estado e da prática política e governativa do PS, questões que têm assumido em Portugal contornos estrategicamente relevantes, na medida em que são obstáculos concretos ao bom governo, que a não serem resolvidos com coragem e eficácia, comprometem, porventura de forma irremediável, o projecto político do PS e da Nova Maioria.

Esta é uma moção dos ideais socialistas e de combate ao cavaquismo e à direita, cuja prática governativa fez escola e está ainda muito presente na sociedade portuguesa e não apenas no PSD. Esta é uma moção de ideias e de propostas concretas para melhorar a economia e a sociedade portuguesas. Não é uma moção de fulanização da vida política e recusamos as táticas de poder, individual ou de grupo, que consideramos vazias de conteúdo cívico e intelectual e, mais importante, afastadas dos interesses de Portugal e dos portugueses.

### I – Ética e Pedagogia Republicanas

Colocamos a ética no topo das preocupações desta moção, na medida em que alguma descrença, hoje presente na vida política nacional, tornam inevitável o dever de o fazer. O contrário seria iniciar este trabalho fugindo a uma primeira dificuldade política, o que não é aceitável, na medida em que queremos afirmar o Partido Socialista como o Partido cuja história e cuja cultura foram moldadas na escola da Ética Republicana e cuja tradição de serviço público, nos impõe a defesa de medidas rápidas, eficientes e transparentes, que permitam garantir aos socialistas e ao País que o PS continua igual a si próprio e não ilude a sua relação de confiança com os portugueses, através de políticas de progresso e de desenvolvimento sustentado, que reforcem e consolidem o regime democrático.

É nossa convicção de que a construção de uma sociedade moderna e justa em Portugal só é possível se assumida pelo conjunto da sociedade, isto é, em diálogo com todas as forças

sociais. Mas, ao mesmo tempo, assumimos com clareza que em democracia representativa há a legitimidade e o dever dos órgãos do poder político para governar sem hesitações, levando à prática os programas sufragados pelo voto livre do povo. Ou seja, não pode nem deve haver quaisquer dúvidas sobre a legitimidade do Governo do PS para governar com determinação e firmeza, mesmo quando isso possa contrariar opiniões divergentes e interesses estabelecidos. *Mas não se pode desconhecer que a legitimidade de qualquer governo é, na prática, reforçada ou enfraquecida pelo comportamento ético dos seus membros, nomeadamente nas sociedades modernas, em que a existência de órgãos de comunicação social poderosos e livres faz o escrutínio público de cada acto ou de cada intenção dos detentores de cargos políticos.*

Esta realidade complexa não pode ser teoreada e menos ainda denegrida, na medida que representa um reforço da democracia e não um seu exagero. Por isso os cidadãos que se dispõem, em democracia, a assumir os riscos da vida política, devem compreender os limites e as regras da sua intervenção, em que o conceito da ética republicana assume uma importância que não é apenas simbólica, mas um instrumento permanente da legitimidade democrática. Ou seja, não é apenas a exemplaridade ética dos governantes que se apresenta como uma questão essencial das democracias modernas, é também a capacidade dos governantes praticarem e promoverem a pedagogia da ética pública, a qual representa uma mais valia de legitimação, porque é através dessa pedagogia que os dirigentes políticos criam o meio e o ambiente que sejam efectiva e afectivamente capazes de reforçar a legitimidade do poder democrático e de contribuir para reformar as práticas e as culturas, porventura negativas, que existam na sociedade. *Além de que a pedagogia da Ética Republicana é, ela própria, indutora das regras de bom governo e, por isso, não hesitamos em afirmar que em todas as decisões partidárias e governativas a componente ética da decisão é tão relevante como a decisão em si mesma, pelo seu efeito exemplar junto da sociedade, efeito indutor de regras de boa cidadania e da necessária confiança entre governantes e governados.*

Acresce, que no contexto da complexidade crescente das sociedades modernas e em vista dos poderes e da importância atribuída aos meios de comunicação, o prestígio da democracia e o bom nome dos governantes está, sem margem para qualquer alternativa, ligado à institucionalização de meios de verificação e de controlo independentes. Isto é, as instituições independentes de controlo são o meio que permite aos agentes políticos dormir descansados e não serem tratados como burocracias lesivas da eficácia dos governos, ou como forças de bloqueio, porque são, de facto, instrumentos insubstituíveis das boas práticas governativas e uma garantia adicional de defesa da actividade política e da honra dos cidadãos que exercem essa actividade.

É neste contexto que deve ser enquadrada a polémica recente sobre as fundações, institutos e empresas de capitais públicos, que teve efeitos muito negativos para o PS e para alguns dos seus dirigentes, comprometendo, na aceitação popular, o projecto político do PS, evidência que não pode ser menosprezada ou justificada através de supostas ou verdadeiras lutas internas, pela acção da oposição ou pela existência de quaisquer centrais de manipulação desastrosas ao PS. Devemos enfrentar a realidade, dura e crua, de que os problemas havidos foram criados por nós próprios e que quanto mais depressa assim for entendido pelo PS, também mais rapidamente podemos ultrapassar os seus efeitos. *Ou seja, propomos que sejam reformulados, de alto a baixo a necessidade, a caracterização e os meios de fiscalização de todas as instituições criadas ou sustentadas com dinheiro do Estado, em linha, aliás, com as críticas que fizemos, oportunamente, ao cavaquismo.*

Esta reformulação, que é urgente, deriva também de razões meramente pragmáticas, pelo facto de não ser possível desenvolver uma administração pública moderna, responsável e transparente, ao serviço da modernização do País, colocando ao seu lado instrumentos paralelos de gestão do Estado, para mais sabendo-se quanto transitória é a vida dos governos relativamente à longevidade das nações. E apesar de serem muitas as razões que justificam ser um erro a criação dessas instituições, limitamo-nos a definir quatro: porque nunca é credível tentar fazer uma coisa e a sua contrária, isto é, não é possível desenvolver uma administração pública moderna e de qualidade e, ao mesmo tempo, criar serviços paralelos que, na prática, substituem os serviços públicos e desvalorizam a sua acção e o seu prestígio; porque pela sua mera existência criam guerras de competência altamente desmotivadoras e desresponsabilizadoras dos funcionários públicos, além de erosivos do poder político junto dos cidadãos; porque não foram criados meios de controlo credíveis e, assim sendo, a sua criação, ou manutenção, não é eticamente defensável, porque é uma solução cara.

Não colocamos estes problemas no plano da honestidade pessoal dos nossos camaradas governantes. Mas reconhecemos existir algum desconhecimento, da parte de alguns, das regras dum estado democrático moderno e alguma ausência de cultura democrática em muitos dos nossos dirigentes políticos, bem como insuficiente experiência do funcionamento de organizações complexas, o que se revela nos modelos de decisão e de gestão adoptados, frequentemente desajustados e incoerentes. Limitação que tem consequências óbvias na qualidade da gestão dos governos e da administração pública, mas também na opacidade do Estado. De facto, a organização e a transparência do

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

Estado moderno estão altamente facilitadas pelo uso das tecnologias da informação, na medida em que os cidadãos e os meios de comunicação podem ter acesso imediato à generalidade das informações dos diferentes ministérios e secretarias, evitando-se versões diversas, ou mesmo falsas, para o que acontece e acabando com a especulação ou, no mínimo, anulando a sua sustentação no tempo. E se é evidente que o uso intensivo das tecnologias da informação, como instrumento da transparência do Estado, implica um maior rigor formal da parte dos dirigentes políticos, também é certo que isso conduz a uma maior cultura de responsabilidade da parte dos quadros e dos trabalhadores da administração pública, além, naturalmente, de uma produtividade acrescida. Para o demonstrar, basta recordar o sucesso do recenseamento eleitoral realizado antes das últimas eleições legislativas, tornado acessível na Internet, para verificar o que pode ser feito neste domínio e as vantagens de rigor e de transparência que estes meios comportam.

Infelizmente, o trabalho realizado para o recenseamento não teve a continuidade devida e o exemplo foi rapidamente esquecido, resultando daí que sectores inteiros da administração pública não tenham realizado as reformas modernizadoras necessárias, como é o caso particularmente representativo da Segurança Social, que continua a acumular dívidas das empresas e cujo modelo de gestão é mais do que deficiente, pela razão simples de que não é possível adoptar novas e mais modernas formas de organização, obter maior transparência ou uma eficácia acrescida, tratando quantidades enormes de dados com métodos e tecnologias herdadas do passado e, naturalmente, obsoletos.

Acontece também que o Estado não pode justificar a falta de transparência dos seus actos, ou procurar formas alternativas de contornar as regras de controlo legalmente instituídas na administração pública, com o argumento da menor qualidade dos serviços ou dos funcionários, entre outras razões porque o Estado nunca criou os meios ou disponibilizou as tecnologias necessárias, nem promoveu uma verdadeira descentralização das decisões e das acções correspondentes, que é a via idónea para reduzir o gigantismo das burocracias administrativas, facilitando o controlo democrático dos actos e das decisões dos responsáveis políticos. Acresce, que o argumento da má qualidade do funcionalismo público nem sequer é verdadeiro. O que acontece é que a generalidade dos agentes políticos não faz qualquer esforço sério para conhecer os serviços da administração pública sob as suas ordens e utiliza sistematicamente a intermediação do chamado pessoal de confiança, que leva consigo para os ministérios, o que obviamente condena ao insucesso qualquer trabalho de equipa e de colaboração efectiva entre a actividade política e a burocracia que a serve, desejavelmente com dedicação e competência, levando à prática as decisões do poder político.

A pedagogia da Ética Republicana passa também pela contenção dos excessos da cultura de poder rapidamente assumida por muitos novos governantes, cuja demonstração pública é muito prejudicial ao bom nome da actividade política e ao conceito de bom governo. Excessos que vão desde a arrogância de muitos governantes à falta de disponibilidade para atender subordinados e queixosos; da relação privilegiada com os poderosos, fora das circunstâncias e dos locais próprios, aos cortejos de automóveis e de motoristas, em contradição com a pobreza dos recursos nacionais; da avidez por mordomias e prebendas às assembleias de funcionários públicos a abrilhantar os discursos dos governantes; das formas criativas de pagar a fidelidade e a devoção, às diversas remunerações criadas para compensar os baixos ordenados pagos aos políticos. Sabemos que nada disto foi inventado pelo PS, mas assumimos que o PS na oposição e nas suas críticas ao cavacismo, criou a responsabilidade de ser diferente.

Com a nota de que não é ética nem politicamente aceitável a desvalorização dos cargos políticos, principalmente daqueles que resultam da eleição popular, devido a níveis de remuneração que chegam a ser cinco, dez e vinte vezes inferiores à remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das empresas com capitais públicos. O que só pode conduzir à tentação dos cargos políticos se tornarem portas giratórias do poder económico.

### II – Desenvolvimento e Cidadania

O desenvolvimento económico, social e cultural de qualquer povo está associado de forma irrecusável ao seu desenvolvimento humano, sendo esta convicção uma das razões que justificam a prioridade da educação na cartilha política do PS. Todavia não basta afirmar a paixão pela educação, é também necessário ter visão e políticas claras acerca do modelo educacional, das prioridades e dos recursos disponíveis. Ou seja, o reconhecimento da realidade portuguesa faz-nos acreditar de que, no domínio da educação, a prioridade nacional deva ser a igualdade de oportunidades, o que passa pelo acesso de todos os portugueses a níveis de educação que lhes permita obter uma cidadania plena e consequente, o que é incompatível com a situação actual de privilégio do ensino superior à custa dos investimentos necessários para obter níveis de acesso e de qualidade satisfatórios no ensino pré-escolar, primário e secundário.

É nossa convicção que o desenvolvimento e a modernização da vida portuguesa - política, económica e social - depende do acesso de todos os portugueses a um determinado nível de escolaridade com qualidade, por exemplo até ao 12º ano, para o que será necessário reformular as prioridades educativas em Portugal, em vista do desenvolvimento de uma sã cidadania e de uma participação mais livre e mais consciente no local de trabalho e na vida democrática, mas também tendo em conta dois factores adicionais relevantes: em primeiro lugar a existência de óbvias dificuldades orçamentais que deveriam impedir o Estado de querer fazer tudo, porque assim sendo não o fará bem e, seguidamente, porque acreditamos que a vida democrática portuguesa já é

suficientemente adulta para ser possível pedir à generalidade das famílias portuguesas um maior esforço para a educação dos seus filhos, concentrando esse esforço nos níveis superiores do ensino, com opções livres entre o ensino superior privado e o ensino superior público, deixando o Estado de favorecer o financiamento público do ensino superior, por razões que têm sido essencialmente corporativas, antes de serem nacionais. Outra questão a necessitar de tratamento urgente resulta da redução do número de alunos no ensino público, primário e secundário, com salas de aulas a funcionar com meia dúzia de crianças, ao mesmo tempo que novas escolas privadas, pagas com dinheiro do Estado, florescem. Ou seja, é o momento ideal para olhar de frente o problema dos transportes escolares, não apenas porque essa é a razão porque as famílias preferem as escolas privadas, mas também porque é a via correcta de melhorar o planeamento pedagógico e económico das escolas e a melhor solução para evitar a fuga à escola e o insucesso escolar.

No plano social, os governos do PS contribuíram de forma relevante durante os últimos cinco anos para uma sociedade mais justa, inseparável de uma cidadania responsável, nomeadamente através do rendimento mínimo garantido, da discriminação positiva a favor dos rendimentos mais baixos e da reforma do sistema fiscal. Todavia devemos reconhecer que estas reformas foram levadas a cabo principalmente por via legislativa e sem um esforço equivalente na qualidade da gestão pública, o que de forma directa e indirecta compromete o esforço de reduzir a exclusão social. Ou seja, o Estado tem de ter a capacidade para complementar as medidas de assistência com medidas de formação e de integração no mercado de trabalho e na sociedade, dos sectores mais desfavorecidos, interrompendo de forma sustentável o círculo vicioso da ignorância e da pobreza. Dois instrumentos poderosos para interromper, de forma virtuosa, esse círculo vicioso são: o ensino pré-escolar para todas as crianças, com transporte e alimentação e o ensino profissional de qualidade.

Não podemos ignorar que apesar de todas as promessas e de alguma evolução positiva, vinte ou trinta por cento das crianças portuguesas, oriundas das famílias mais pobres, não têm acesso ao ensino pré-escolar, a sua formação é a rua, sendo a causa essencialmente económica, pelo que dar a essas crianças o direito à igualdade de oportunidades, evitando o mais que provável insucesso escolar subsequente, não é uma questão de oportunidade política, mas um dever de cidadania e a verdadeira essência de qualquer estratégia de progresso e de desenvolvimento de Portugal.

Por outro lado devemos reconhecer, neste campo, a necessidade de evitar a confusão entre os serviços sociais do Estado e das instituições privadas. Os governos não podem aceitar de forma passiva a generalização do conceito de que os objectivos sociais do Estado são melhor realizados por instituições privadas sem, no mínimo, estabelecer formas de avaliação e de controlo da qualidade e dos custos respectivos. A cidadania passa também pela qualidade do Estado e pela forma como os cidadãos se revêm nas instituições públicas, inseparável da forma como avaliam as suas próprias responsabilidades, nomeadamente cívicas e fiscais, perante o Estado e a sociedade. *Seria um erro grave incentivar, ou mesmo apenas aceitar, a desvalorização do papel do Estado, deixando crescer o número de instituições sociais de direito privado pagas com o dinheiro dos contribuintes, com a agravante desses contribuintes saberem, por experiência própria, da inexistência de controlos públicos qualificados.*

Uma outra área em que o papel do Estado é insubstituível é no combate à toxicodependência, que é o maior flagelo social das sociedades modernas e uma das novas formas de miséria e de anti-progresso na família e na sociedade. Sendo hoje claro que as medidas defensivas e piedosas postas em prática pelos governos e pelas instituições da sociedade apenas deixam agravar o problema sem o resolver, nem do ponto de vista criminal nem na óptica médica. Por isso é necessário combater a economia do tráfico através de novas formas de tratar os doentes ou viciados, devidamente identificados, em duas fases distintas de apoio do Estado: em centros de acolhimento livre, as chamadas salas de chuto, que devem ser também de convívio e de socialização, e em centros de tratamento interno, o que deve constituir uma segunda fase de tratamento daqueles toxicodependentes que aceitem tentar a cura efectiva. Apoio que para ser eficaz não deve permitir outras formas de sobrevivência na marginalidade e devotando todos os recursos adicionais à prevenção, principalmente nas escolas.

O Partido Socialista precisa demonstrar com urgência de que não vive fora do seu tempo e enfrentar alguns outros problemas das sociedades modernas, repondo o debate e introduzindo de novo na agenda política da Assembleia da República, as leis sobre a interrupção voluntária da gravidez e das uniões de facto entre homossexuais. Não o fazer é uma concessão aos sectores mais retrógrados da sociedade portuguesa, inaceitável num partido europeu formalmente da área socialista e da social democracia. Uma outra questão que não ajuda ao desenvolvimento nacional, nem ao prestígio da vida democrática e da cidadania entre os portugueses, são as intervenções casuísticas e frequentemente arbitrárias dos governos, por mais bem intencionadas que sejam, porque implicam mudanças políticas e de orientação demasiado frequentes e por isso difíceis de explicar aos cidadãos, o que contribui para a sua insegurança e descrença na actividade política, até porque essas mudanças favorecem ou prejudicam sempre alguém, o que permite todas as suspeitas sobre a motivação das mudanças, quase sempre insuficientemente conhecidas e debatidas. *Por essa razão as decisões políticas e os diferentes programas governamentais devem conter uma continuidade óbvia, que seja visível para a generalidade dos portugueses, além de deverem ter, sempre que possível, estudos técnicos previamente realizados e conhecidos, não devendo constituir surpresas para a opinião pública, isto é, não devem ser coelhos retirados da cartola de qualquer governante, como instrumento da luta política, interna e externa dos partidos, ou para o consumo imediato dos meios de comunicação.*

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

Acresce que as frequentes guinadas políticas tornam a governação excessivamente vocacionada para o curto prazo e comprometem qualquer estratégia global de desenvolvimento do País, que para ser bem sucedida deve ser estável e beneficiar de uma desejável continuidade de políticas. Nesse sentido, durante os últimos anos do PS no poder, foi visível a continuação da prática cavaquista de alteração das políticas com origem na mudança dos ministros, o que tem contribuído para os cidadãos duvidarem dos governos, porque se apercebem, bem melhor do que geralmente se pensa, que não existe uma orientação política clara e sentem que essa não é a via correcta para a resolução dos problemas que sabem, por experiência própria, existirem.

Em resumo, o desenvolvimento de uma cidadania consciente e participativa, não é uma abstracção política ou social, mas uma necessidade concreta das sociedades modernas e uma medida do bom governo e da boa pedagogia ética e política. Da mesma forma, o sucesso do desenvolvimento económico e social passa pela existência de uma estratégia nacional clara e coerente, que seja um quadro de referência acessível a todos, agentes políticos, económicos e sociais, que sobreviva para além das contingências da conjuntura política e dos diversos interesses em presença.

Quando mais à frente referirmos o exemplo do crescimento económico da Irlanda, devemos ter a consciência de que há muitos anos existe um modelo económico e uma estratégia de desenvolvimento por detrás do sucesso irlandês, seguidos com notável disciplina, coerência e determinação. É isso que ambicionamos para Portugal e não o movimento febril e inconsequente da actividade política casuística e fulanizada.

### III – Administração e Serviços Públicos

Na sua segunda legislatura o PS criou, e bem, o Ministério da Reforma do Estado, que preferíamos se chamasse Ministério da Gestão e Informatização do Estado, por razões que esperamos se tornem compreensíveis ao longo deste texto. Desde logo, porque acreditamos que a reforma do Estado passa pela qualidade da gestão e não, nesta fase, por novas reformas legislativas ou por novas alterações de filosofia política, que é a tentação habitual a que o novo ministério também não fugiu. Por isso o mandato do Ministério dirigido pelo camarada Alberto Martins, que muito respeitamos, deve ser claro: *organizar os serviços do Estado, pela via da gestão, de forma a Portugal ter um Administração Pública moderna e eficiente, capaz de responder às justas necessidades dos cidadãos.*

O Estado é fornecedor de serviços públicos, frequentemente o único fornecedor, serviços que são cada vez mais complexos em dois planos distintos: o plano científico e profissional do serviço em causa - Saúde, Justiça, Educação, Segurança Social, etc. - e o plano da organização geral do Estado, componente esta que, no caso português, é a mais determinante. Isto é, entre nós, os principais problemas existentes nos serviços fornecidos pelo Estado, não são do domínio da ciência médica ou jurídica, ou legislativa, em que a qualidade geral é igual, ou mesmo superior, a outros países, mas do domínio da gestão, sem o que a aplicação dos conhecimentos científicos e técnicos, bem como as leis existentes, não servem com qualidade, eficácia e em tempo útil, as pessoas.

É, neste contexto, que o conhecimento e a experiência das técnicas de gestão em organizações complexas se revela necessário, como um recurso insubstituível na acção do Estado, em particular na utilização racional das tecnologias da informação. Muitas das lacunas e insuficiências actuais da acção do Estado não resultam duma incapacidade inata dos serviços públicos em responder às necessidades dos utentes, como os teóricos da generalização da actividade privada em áreas tradicionalmente reservadas ao Estado querem fazer crer, mas da incapacidade do Estado em utilizar as técnicas de gestão e as tecnologias disponíveis e em uso, por exemplo, nas empresas. Ou seja, como temos sustentado em inúmeras oportunidades, não é possível dirigir organizações do século XXI com os métodos e tecnologias herdadas do século XIX, como acontece nos nossos serviços públicos.

Esta insuficiência do Estado resulta também do hábito dos diferentes governos implantarem nos ministérios, após cada mudança governamental, administrações temporárias de pessoal político de confiança à margem, e frequentemente em oposição, aos profissionais da Administração Pública. Fazem-no em vez de contribuírem para o reforço continuado da gestão e da organização públicas e da qualidade dos recursos humanos e técnicos existentes nos ministérios e nos demais serviços do Estado. Defendemos a solução oposta, que é a de fomentar aquilo que em muitos outros países é conhecido como o governo dos directores gerais, que de forma algo injusta foi caricaturado no programa da televisão inglesa «Yes Minister», porque, apesar de ter graça, o programa não acentua devidamente o facto óbvio de que é ao ministro que cabe o poder de decisão e de gestão dos interesses em presença, ainda que o programa demonstre de forma clara a qualidade e o conhecimento das questões da governação por parte dos quadros da administração, mesmo em confronto com o poder político. *Ou seja, na Administração Pública, como aliás nas empresas, não se pode ter bom governo sem pessoas competentes e motivadas e não há pessoas competentes e motivadas sem boa gestão.*

Muitas destas dificuldades da gestão do Estado resultam da ideia errada de que os ministérios e secretarias podem ser dirigidos através da actividade de «despacho» que é, por vezes, o cerne da actividade dos governos, assumindo que as decisões tomadas por esta via podem ser levadas à prática com qualidade e eficiência, o que não é verdade em nenhuma organização, pública ou privada. Antes de atingir este topo de eficiência da organização, qualquer que ela seja, é imprescindível que os dirigentes façam, eles próprios, o controlo de execução das decisões, através de formas pedagógicas de institucionalização do trabalho em grupo. Essa é a via para uma administração pública

moderna e motivada e não o uso e abuso de organizações paralelas.

É nossa convicção que a reforma da gestão pública é um factor determinante do desenvolvimento nacional, cuja necessidade é urgente assumir, até porque é hoje claro que o mau funcionamento dos serviços públicos – Educação, Saúde, Justiça, Segurança Social, autarquias, etc. - são factores que impedem o desenvolvimento das empresas e da actividade económica em geral. Por exemplo, a má gestão pública é sempre apontada pelos gestores estrangeiros a trabalhar em Portugal, como o factor mais negativo da sua actividade entre nós, mas os mesmos gestores dão normalmente uma nota muito positiva aos trabalhadores portugueses, apesar das insuficiências de educação e de formação que todos reconhecem existirem. Ou seja, será justo culpabilizar os funcionários públicos, também trabalhadores, ao ponto de pretender criar serviços paralelos, supostamente mais eficazes, pelas insuficiências da Administração Pública?

Acreditamos que não. *Por isso reconhecemos que a má qualidade dos serviços públicos em Portugal é, essencialmente, um problema de gestão, cuja responsabilidade reside, goste-se ou não, na direcção política do país, isto é, nos governos. Quanto mais depressa enfrentarmos esta realidade melhor, nomeadamente através de um pacto de regime que retire a reforma e a modernização da Administração Pública e o seu modelo de gestão da luta político/partidária, criando as condições necessárias para uma Administração Pública pequena, estável, profissional, eficiente e moderna.*

Como já afirmado, o uso qualificado das tecnologias da informação é um instrumento incontornável da reforma da Administração Pública e do Estado, por todas as razões já expressas, mas também porque a aplicação das tecnologias da informação implica um modelo de organização, que idealmente deve ser horizontal a toda a administração, e uma disciplina metodológica que têm um valor próprio na reforma do Estado. *Ou seja, uma das razões porque se justifica a existência de um Ministério da Reforma do Estado reside no facto desejável de que a sua acção cruze horizontalmente todos os ministérios e serviços autónomos, não para os tornar iguais mas para os tornar compatíveis, o que não pode ser separado de uma delegação de poderes próprios e de alguma determinação e intervenção políticas do Primeiro Ministro.*

Uma nota optimista para dizer que é com alguma esperança que temos assistido ao esforço desenvolvido no Ministério da Justiça, no sentido de dotar os diferentes departamentos do Ministério, Tribunais e Notariado com os meios modernos permitidos pelas tecnologias da informação, modernizando por essa via a Justiça em Portugal. Trata-se de uma intervenção que deve ser seguida com o maior interesse, seja porque da melhoria do funcionamento da Justiça depende, em grande parte, a modernização da sociedade e da própria actividade económica, seja pelos efeitos de transferência que o sucesso dessas medidas poderá ter no conjunto dos serviços fornecidos pelo Estado. Da mesma forma, reconhecemos o valioso trabalho de informatização dos serviços realizado pelo Governo do PS no Ministério das Finanças, em oposição ao muito pouco que foi feito pelos governos do PSD.

Entretanto é para nós evidente que sem um esforço correspondente nos Ministérios da Educação e da Saúde, bem como na Segurança Social, não haverá uma gestão racional dos serviços correspondentes do Estado. *Nomeadamente, o sistema nacional de saúde não é sustentável se não houver uma reformulação completa do modelo de gestão e de financiamento, no sentido de permitir: a) a autonomia de gestão das grandes instituições de saúde, com o financiamento a ser feito através do pagamento dos serviços prestados; b) liberalização da venda dos medicamentos que não necessitem de receita médica; c) liberdade de instalação de novas farmácias; d) alargamento da lista dos medicamentos genéricos; e) redimensionamento das embalagens dos medicamentos; f) escalonamento da comparticipação dos serviços sociais em função dos rendimentos do agregado familiar, desde que correctamente verificados; g) maior autonomia das grandes instituições de saúde para contratar e remunerar os seus profissionais.* O que, como é óbvio, só será possível de realizar com qualidade e competência através do controlo, técnico e político, local e central, permitido pela utilização das tecnologias da informação.

Aliás o sector da saúde é aquele onde é mais visível o abismo existente entre a qualidade científica de muitos dos nossos profissionais e as condições de trabalho e de realização profissional existentes no Sistema Nacional de Saúde. E, nesse sentido, como portugueses que gostam do seu País, é com crescente preocupação que sabemos da frustração de alguns dos nossos melhores médicos e cientistas de reputação internacional, muitos dos quais acabam por se fixar no estrangeiro para poderem trabalhar com alguma dignidade. Nesse sentido, *o livro recentemente publicado pelo Professor Manuel Antunes constitui uma denúncia corajosa das insuficiências e dos erros de gestão cometidos no sector da saúde em Portugal, com a agravante de que os governantes se apressam a minimizar as verdades do livro, em vez de as utilizar como um instrumento de mudança.*

Os subscritores da presente Moção consideram que outro factor essencial na reforma do Estado, é a descentralização de muitas das competências da Administração Central e do poder de decisão correspondente. Infelizmente, depois da derrota do Referendo da Regionalização, momento esse que já revelou alguma indeterminação do PS, os governos do Partido Socialista também não souberam, ou não quiseram, enfrentar o desafio da desconcentração dos serviços públicos, iludindo uma das mais sentidas reivindicações dos autarcas e das populações. Desconcentração que foi, aliás, preconizada por todos os sectores de opinião durante o debate da regionalização e que, por tal facto, não deveria causar excessiva polémica na sociedade portuguesa, se realizada no momento próprio. É de notar que a desconcentração dos serviços do Estado implica, pelo menos, duas condições relevantes: a coerência do modelo de base regional que, para evitar polémicas adicionais, aceite seja a actual divisão distrital e a existência de um sistema de informação que permita a mais ampla decisão local com a mais rigorosa verificação e avaliação centralizadas. Aliás, este é o exemplo claro daquilo que só é possível realizar

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

modernamente, com qualidade e transparência, com o recurso aos poderosos meios da sociedade da informação.

A nossa opção por uma divisão administrativa de base distrital resulta do facto do País não poder continuar a ser governado com tantas divisões administrativas quantos os ministérios e secretarias de Estado existentes, com os diferentes serviços a sobreviverem sem nenhuma coerência espacial e sem a possibilidade de criar um modelo eficaz e compatível de gestão dos serviços desconcentrados do Estado. Por exemplo, a divisão do Distrito de Leiria por duas Comissões de Coordenação Regional (CCR's) e a existência de uma nova reforma em curso na Secretaria de Estado do Turismo para outra divisão administrativa do turismo nacional - como se a realidade turística pudesse ser tratada a régua e esquadro - são pequenos exemplos da irreidade dos modelos actuais de gestão do Estado.

Entretanto, a falta de vontade política ou a incapacidade técnica para enfrentar o desafio de reformar a administração do Estado, central, autárquica e serviços autónomos, é um perigo real da nossa democracia e uma bomba de relógio deixada aos nossos filhos, pelo que não hesitamos em afirmar: se nada for feito com urgência, a democracia portuguesa correrá o risco da ingovernabilidade, situação que ficará a dever-se à clivagem entre a crescente complexidade da máquina do Estado e as respostas laxistas, amadoras e desadequadas. Para que se não pense que existe exagero, citamos alguns exemplos: 1. A anarquia urbanística existente nas nossas grandes cidades e o predomínio dos mais variados interesses privados; os atrasos e revisões de preços frequentes nas obras públicas, exemplo o Centro Cultural de Belém e o Alqueva; a gestão tardia e atabalhoada do caso das vacas loucas e, principalmente, a ausência de um sistema credível de garantia alimentar; as obras, os atrasos e a desorganização no Porto Capital da Cultura, iniciativa dominada essencialmente pelo betão; os abatimentos do Terreiro do Paço e o processo de avaliação das responsabilidades; a ausência de enquadramento urbano dos túneis no mesmo local; as discussões sobre os acessos aos estádios para 2004 e a chantagem dos interesses privados; os atrasos e o custo desses mesmos estádios e as relações com o mundo do futebol; os atrasos e custos correspondentes no metropolitano do Porto, bem como a ausência de um modelo de gestão credível; os poderes e os resultados da Parque Expo, bem como a contabilidade criativa utilizada; o modelo utilizado para os débitos às companhias petrolíferas e com a Lusoponte; as dívidas do Sistema Nacional de Saúde; os acidentes de trabalho na construção civil e no mar; os atrasos no lançamento dos programas do III QCA, como, por exemplo, o POE e o Sifter; a fraca aplicação das leis de regulação das obras públicas e concursos públicos; etc. Questões todas diferentes que têm um factor em comum, resultarem de insuficiências e de erros de gestão, que custam vidas e centenas de milhões de contos aos contribuintes, para além do previsto e do necessário, além do desgaste provocado à autoridade do Estado.

2. Os absurdos prejuízos na TAP e a incoerente negociação com a Swissair; o déficit acumulado na RTP sem vantagem visível para quem paga; a gestão de alto risco da PT, com atrasos inaceitáveis na cobertura nacional com fibra óptica; as confusões estratégicas da EDP (águas, telecomunicações, Brasil) comprometendo o fornecimento de energia eléctrica às empresas e às famílias; a venda do capital da Petrocontol à ENI em desacordo com as regras estabelecidas e a lei; a falta de esclarecimento público sobre a compra do capital da Wiggins na Soporcel e sobre o modelo de gestão previsto para o sector do papel, se público se privado e neste caso com quem; o surrealismo da parceria do Estado no Autódromo do Estoril; as anomalias e as confusões estratégicas do processo Cimpor; o programa Polis e a sua relação com a Parque Expo; a ausência de coerência global, de previsibilidade e de transparência nos diversos processos em curso das privatizações. São tudo factores de conflito, aberto ou potencial, sem que exista uma estratégia clara e transparente, ou seja, são problemas de gestão mal preparados e mal tratados, com custos muito elevados no desgaste do Governo do PS, além de geradores de desconfiança nos agentes económicos e nos cidadãos.

3. Aumento da dependência do transporte rodoviário sem medidas de controlo adequado, nomeadamente o desenvolvimento de alternativas através dos transportes ferroviário e marítimo; a decisão sobre novas pontes em Lisboa, sem qualquer debate ou estudo acerca das prioridades nacionais mais relevantes; investimentos absurdos em Alcântara, que transformam um dos melhores portos do mundo para paquetes de turismo, actividade altamente rentável, num caos sofrível para contentores, cuja vida útil de serviço não será mais do que quatro ou cinco anos, devido aos novos e maiores barcos que estão a entrar ao serviço em todo o mundo, projecto de que resultarão custos ambientais e logísticos enormes e o congestionamento adicional do centro de Lisboa; ausência de uma estratégia clara e de acção decidida no terminal de contentores em Sines; incapacidade de decisão e de coerência na atribuição de novos cursos ao Ensino Superior. Trata-se de incoerências estratégicas cuja gravidade só será possível apurar no futuro, mas que revelam graves problemas na gestão do País e que comprometem o seu futuro.

Ou seja, a qualidade da gestão do Estado e das instituições que dele dependem, necessita de ser repensada com coragem e realismo, porque se tornou num factor limitativo do desenvolvimento e da modernização de Portugal, que não sendo resolvido reduzirá drasticamente o crescimento económico e a convergência com a União Europeia. O Partido Socialista deve, por isso, privilegiar no Governo as componentes de análise estratégica e de gestão.

### IV – Um Sistema Político Moderno

O sistema político que resultou do 25 de Abril de 1974 e das circunstâncias da luta política que se seguiu, tem respondido de forma satisfatória às necessidades da

democracia portuguesa, o que é tanto ou mais notável quanto a vivência democrática nunca foi um ponto alto da nossa história como povo. Em particular, o nosso regime democrático tem permitido a estabilidade política, a alternância no poder, a integração de Portugal na União Europeia, além do regular funcionamento das instituições democráticas. Acresce que foram feitas alterações sucessivas à Constituição da República de 1976 mas, no essencial, a nossa lei fundamental continua a honrar os portugueses que a escreveram e a aprovaram.

Entretanto, como já afirmado antes, tem sido notável o bom senso do povo português em todas as fases da nossa democracia de trinta anos, em geral nas escolhas eleitorais sucessivamente feitas e, em particular, nas eleições para a Presidência da República, que pela sua importância poderiam ter afectado o equilíbrio institucional do regime. Ou seja, apesar das múltiplas insatisfações existentes em sectores da sociedade, dos chamados excessos da comunicação social e das reais dificuldades económicas de uma grande parte das famílias portuguesas, o nosso regime democrático, nos últimos trinta anos, consolidou-se, o que é notável e um valor a preservar.

Assim sendo, estamos convencidos de que o nosso atraso relativamente à Europa, os problemas existentes na nossa economia e no nosso processo de desenvolvimento, não são resultantes do nosso sistema político e por isso não se resolverão por alterações que se lhe possam ser introduzidas. Ou seja, voltamos a verificar que as verdadeiras questões do debate político devem centrar-se na prática e na gestão do sistema e não em pôr em causa a sua capacidade de responder adequadamente às necessidades nacionais. Como exemplo, referiremos a questão da descentralização do Estado, cuja gravidade não pode ser desmentida, mas que resulta apenas da Constituição não estar a ser cumprida e não de quaisquer outras razões. Também, relativamente à menor participação dos cidadãos na vida democrática, de que agora tanto se fala, essa não é o resultado das leis do regime, mas das práticas hegemónicas dos partidos políticos, porque de forma geral exercem o poder de forma a colocar os interesses partidários acima de todas as outras considerações.

De facto o povo está cansado do discurso político do poder que, em todas as circunstâncias, divide as questões entre a posição certa, que é sistematicamente a do partido do governo, e a posição errada que é a de todos os outros partidos, sendo a situação inversa também naturalmente a praticada. Como é óbvio, esta prática, em combinação com a disciplina imposta aos militantes e dirigentes em todos os partidos políticos portugueses, mecaniza e retira credibilidade ao debate político e, mais grave, permite a perversão da qualidade política e governativa e a sobrevivência sistemática do erro e da asneira na gestão do País. Ou seja, o mesmo bom senso popular, de que falamos antes, sente mais do que por vezes sabe que não é normal que as coisas se passem dessa forma e não podendo ou não querendo assumir uma posição mais activa ou radical, que não está na nossa tradição, os cidadãos limitam-se a criticar e desinteressam-se da vida política.

Esta é a razão porque defendemos algumas alterações ao sistema político, principalmente no sentido de dotar as leis eleitorais com os círculos uninominais, cuja motivação principal não resulta do convencimento de que os deputados eleitos por estes círculos possam ser qualitativamente diferentes, mas porque esta é a única forma de introduzir alguma concorrência à hegemonia política dos partidos portugueses, tornado-os mais competitivos e, numa segunda fase, conduzindo-os à introdução de alterações no seu funcionamento. Da mesma forma defendemos a participação de candidaturas independentes nas eleições autárquicas. Ou seja, acreditamos que não há democracia sem partidos políticos, mas também temos a convicção de não haver verdadeira democracia quando todo o poder político se concentra nas organizações partidárias e nenhum poder é reservado aos cidadãos.

Uma outra questão tem a ver com a estabilidade governativa e a tendência para considerar que essa estabilidade está associada, apenas, a vitórias eleitorais por maior absoluta, o que não é verdadeiro, pois nada impede a criação de coligações ou de acordos de incidência parlamentar. E se essa não é a solução mais frequente na vida política portuguesa, esse facto não pode ser desassociado dos partidos políticos nacionais tenderem a considerar o interesse nacional num segundo plano e a colocarem frequentemente o poder total do partido acima de todas as outras considerações.

Na actual conjuntura política, após a experiência de acordos pontuais para fazer aprovar os diversos Orçamentos do Estado dos governos socialistas, é previsível uma evolução no sentido de procurar formas mais estáveis de exercício do poder, o que a acontecer só se justifica se for feito à esquerda do espectro político, com exclusão das tentações de Bloco Central, e sem a dependência de mecanismos que descaracterizem os princípios essenciais do ideário do PS. Em qualquer caso não deve ser pela via legislativa que se deve encontrar a necessária estabilidade política, mas pela via da negociação com outros partidos, sem o que, a convocação de novas eleições é a forma normal em democracia de resolver os bloqueios do sistema político.

Finalmente, a tarefa de melhorar a governabilidade do País, passa por uma convivência mais civilizada e mais efectiva entre os partidos políticos e por uma defesa mais clara e mais transparente do interesse nacional. Objectivos que devem resultar de uma pedagogia política que pode ser feita pelo PS, nomeadamente nas autarquias, onde não vimos razões válidas para recusar algumas coligações, nomeadamente com os partidos da esquerda.

### V - Uma Economia Competitiva

Tem sido afirmado por responsáveis do PS e do Governo que o modelo económico prosseguido durante os últimos anos está esgotado. É uma constatação que só peca

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

por tardia, porque de facto o modelo nunca serviu bem o desenvolvimento e o progresso nacionais, no contexto da União Europeia e do mundo. Pela razão simples de que o modelo aposta em factores que não alteram para melhor a relação de troca da nossa economia com o exterior, factor estrategicamente determinante numa economia pequena e aberta como a nossa, porque necessitamos de equipamentos e de produtos que temos de adquirir no exterior e cujo valor é muito superior à capacidade produtiva nacional exportável (indústria, agricultura, pescas e turismo) mesmo em situação de pleno emprego. De facto, a adesão de Portugal à União Europeia e à moeda única, apesar da sua grande importância e do acerto político da decisão, não é mais do que um elemento, ainda que relevante, para uma visão do papel de Portugal no mundo, mas a que faltam os restantes elementos, nunca expressos ou assumidos, para constituir uma estratégia nacional.

Nestas circunstâncias, depois de 25 de Abril de 1974, os únicos sectores da economia que sofreram uma evolução muito positiva no sentido da sua modernização e adequação à concorrência internacional foram os sectores financeiro e da grande distribuição, privilegiados que foram pela acção do Estado, mas também, reconhecemo-lo, por capacidade própria ajudada pela forte concorrência existente. Em contraponto, os sectores da construção civil, obras públicas e imobiliário cresceram mas não se modernizaram e, pelo contrário, seguiram um caminho de insustentável terceiro mundismo, cujas consequências são óbvias: ocuparam uma quantidade excessiva dos recursos humanos nacionais e sem a formação adequada; terem uma contribuição substancial para a má qualidade e para o mau gosto do urbanismo nacional, com efeitos desastrosos na desorganização das nossas cidades; contribuírem bastante para a baixa produtividade nacional; consumirem, através dos preços especulativos, uma proporção excessiva do rendimento dos portugueses e dos recursos do Estado. A que acresce o facto inexplicável de que se trata de sectores dependentes do Estado e por este protegidos - Estado como cliente e como regulador - apesar de serem sectores que frequentemente vivem nos limites da legalidade.

O sector produtivo - indústria, agricultura e pescas - tem tido um progresso muito lento, com perda de competitividade no plano internacional, mesmo na indústria, que noutros países assume a contribuição principal para a competitividade global da economia, mas que em Portugal não sai da mediania, nomeadamente porque aquilo que faz e vende não é valorizado no mercado internacional, seja porque temos muito poucos produtos finais e insuficiente diversidade económica, seja porque há falta de empresas integradoras. Porque não acreditamos numa economia de serviços, autonomamente de um sector produtivo forte e moderno, deverá ser o sector produtivo a prioridade do Governo no desenvolvimento da economia portuguesa, no sentido de obter uma relação de troca mais favorável com o exterior. Por isso não concordamos com a falácia dominante que tende a desvalorizar a importância do sector produtivo e a escamotear os efeitos do défice da Balança de Transações Correntes, o qual ainda que sem efeitos cambiais no contexto da moeda única, não deixa por isso de representar um empobrecimento relativo do nosso País.

Ou seja, a competitividade das empresas e da economia portuguesa em geral, necessária para melhorar a vida dos portugueses, depende de uma relação de troca mais favorável com o exterior, só possível através de um sector produtivo moderno e tecnologicamente avançado, capaz de criar produtos inovadores e valorizados nos mercados internacionais. Esta convicção é confirmada pela experiência da Irlanda, país que partiu de uma base de desenvolvimento tão pobre quanto a portuguesa e com quem temos diversas afinidades culturais e religiosas, mas cuja economia cresceu no período de 1994-1998 à média de 7,2 por cento ao ano, contra 2,9 por cento em Portugal, criando mais emprego, com menos stock de capital e, principalmente, com maior produtividade do trabalho. (ver quadro I.)

QUADRO I

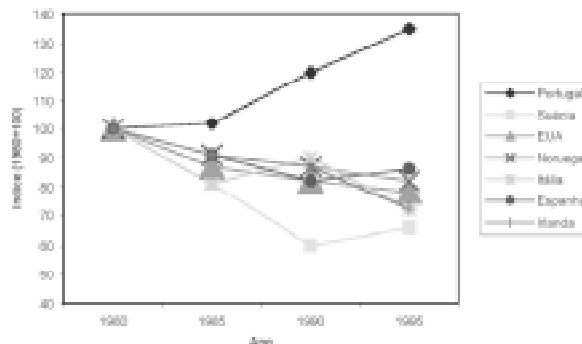
### PRODUTO, EMPREGO E STOCK DE CAPITAL Taxas de variação média anual

	1964-73	1974-83	1984-93	1994-98
<b>Irlanda:</b>				
PIB .....	4.6	3.7	4.7	7.2
Emprego .....	0.1	0.3	0.8	3.6
Stock de capital .....	1.4	3.3	2.7	3.1
Memo:				
Produtividade do trabalho .....	4.5	3.4	3.9	3.4
<b>Espanha:</b>				
PIB .....	6.2	2.5	2.7	2.5
Emprego .....	0.7	0.6	0.6	1.1
Stock de capital .....	12.6	5.6	4.1	3.8
Memo:				
Produtividade do trabalho .....	5.5	3.2	2.2	1.4
<b>Portugal:</b>				
PIB .....	5.7	3.6	3.7	2.9
Emprego .....	0.9	0.6	0.9	0.7
Stock de capital .....	12.8	6.3	4.6	4.0
Memo:				
Produtividade do trabalho .....	4.7	3.0	2.7	2.1

Este exemplo da Irlanda deve ser cuidadosamente avaliado, sendo inaceitável a sua frequente desvalorização pelo poder político, por razões meramente defensivas, como

se algumas vez as questões se resolvessem pela negação da realidade desagradável. Nesta moção muitas das propostas feitas, como a aposta no ensino secundário, a formação intensiva de engenheiros, a prioridade dada ao desenvolvimento de um sector produtivo moderno, a atracção do investimento estrangeiro e a contenção dos gastos em obras públicas, fazem há muito parte da estratégia irlandesa, cuja coerência e disciplina criou o maior sucesso da economia europeia dos últimos dez anos. Veja-se que durante o ano passado a economia portuguesa deverá ter crescido apenas 2,8 por cento, o mais baixo crescimento da Europa em parceria com a Itália, mas a Irlanda segue no topo dos países europeus com um crescimento da economia de 10,5 por cento. Acresce que o crescimento económico da Irlanda é baseado no modelo das chamadas economias pós industriais, o que se torna claro, entre outras razões, por uma acentuada redução de emissões de CO2 por unidade de PIB, a exemplo de outros países europeus como a Espanha, a Suécia e a Itália, em contradição com o elevado crescimento deste factor de poluição em Portugal. Ou seja, esta é uma demonstração adicional dos erros do modelo económico prosseguido em Portugal, baseado no betão e em soluções industriais ultrapassadas, energia intensivas, sendo muito fraco em capital humano e nos novos factores de competitividade das sociedades do conhecimento. (ver quadro II.)

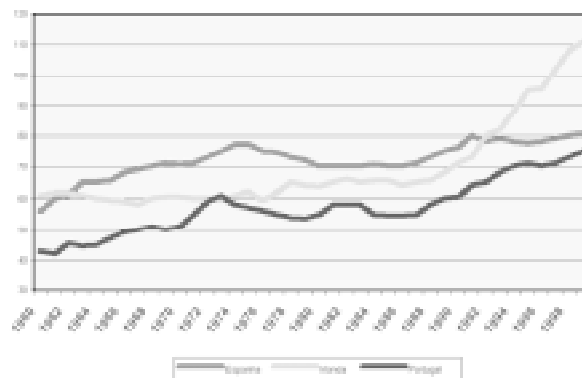
QUADRO II



Não é portanto uma surpresa verificar que a Irlanda, em apenas dez anos, convergiu em termos reais com a União Europeia, cuja média ultrapassou em 1996/1997, quando, entre nós, este é ainda um objectivo longínquo que ninguém se atreve a quantificar. (ver quadro III.) Por isso propomos que a convergência real de Portugal com os países mais avançados da União Europeia passe a ser quantificada e os governos responsabilizados politicamente pelos objectivos programados, na medida em que a convergência com a U.E. é ainda o único elemento estratégico consensual entre todos os governos.

QUADRO III

Convergência real para a UE



O modelo defendido de privilegiar o sector produtivo, não pode ser separado da questão do investimento estrangeiro, que em Portugal está em queda, mas que em qualquer caso nunca foi direccionado para o sector produtivo, sendo principalmente de origem



## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

especulativa. Investimento estrangeiro que na Irlanda não tem um valor absoluto superior a Portugal, mas com a diferença de que é destinado principalmente à indústria, 92,9 por cento do total, quando em Portugal o investimento estrangeiro na indústria, se cifra por apenas 18,7 por cento. Ver quadros IV e V.

### QUADRO IV

#### INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO Em percentagem do PIB

	1975-84	1985-94	1995-98	Média
Milhões de dólares:				
Irlanda .....	220.1	577.5	2515.8	751.6
Espanha .....	1272.1	8269.5	7400.8	5209.1
Portugal .....	119.6	1337.2	1592.3	872.4
Em percentagem do PIB:				
Irlanda .....	1.5	1.3	3.5	1.7
Espanha .....	0.8	2.0	1.3	1.4
Portugal .....	0.5	2.0	1.5	1.3

Fonte: Cálculos efectuados a partir de séries do FMI - *International Financial Statistics*

### QUADRO V

#### DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO Média 1990-1997

	Irlanda	Espanha	Portugal
Indústria da qual: .....	92.9	45.3	18.7
Química, petróleo e plásticos .....	16.2	11.7	n.d.
Prod. Metálicos e maquinaria .....	58.3	0.0	n.d.
Comércio e reparações .....	0.0	10.3	15.0
Actividades financeiras .....	0.0	21.8	29.5
Imobiliário e serviços as empresas .....	0.0	18.1	24.6
Outros .....	7.1	4.5	12.2
Total .....	100.0	100.0	100.0

Fonte: OCDE (1998). Em Portugal e Espanha o peso do sector imobiliário é a média de 1993-97

Ou seja, os signatários da presente moção consideram não haver razão sustentável para que a economia portuguesa não possa crescer tanto como a irlandesa, já que nos dois casos a base de partida é baixa e a margem de crescimento é grande. O facto de que isso não está a acontecer resulta do modelo económico seguido em Portugal, da ausência de uma estratégia clara e coerente e das circunstâncias específicas da orientação geral do País, nomeadamente:

- Desorganização da economia provocada por ausência de disciplina nas relações das empresas com o Estado, o que provoca a desregulação e a indisciplina entre as próprias empresas resultantes do mau funcionamento da Justiça, do não pagamento das dívidas à Segurança Social e ao Fisco, do atraso nos pagamentos do Estado aos fornecedores, da política de sustentação de empresas falidas, da falta de autoridade reguladora do Estado, do não cumprimento, em muitas empresas, das leis do trabalho, com efeitos na viciação da concorrência, e da ausência de uma política energética e de transportes estrategicamente adequada e fiável.
- Ineficácia e má qualidade dos sistemas de ensino e de formação profissional e ineficiência de uma parte significativa do sistema científico e tecnológico. Nomeadamente, a confusão entre ensino público e privado, a falta de alunos nos cursos dedicados às ciências exactas, como a engenharia, o excessivo número de cursos no ensino superior e o interesse marginal de muitos deles, a má qualidade do ensino secundário, para mais sem saídas profissionalizantes qualificadas e o fraco aproveitamento dos alunos em todos os níveis do ensino. Quanto ao sistema científico, a indisciplina geral do sistema, a ausência de critérios de competição, avaliação e compensação dos investigadores e das instituições do Estado e a inexistência de uma estratégia industrial e de avaliação, não burocrática, dos apoios do Estado à investigação e ao desenvolvimento tecnológico.
- Política de obras públicas e de habitação consumidora de uma parte excessiva dos recursos nacionais, na administração central e nas autarquias, resultante de muitas obras de fachada e do excesso de investimentos de necessidade duvidosa (hospitais, habitação para especulação, portos como em Alcântara, pontes como Barreiro Chelas, estádios majestáticos, centros de congressos), situação agravada por preços excessivos e por revisões de preços nas obras públicas, cujo controlo é muito duvidoso.
- Ausência de uma política activa de atracção do investimento estrangeiro para a indústria, agricultura e pescas e a existência de uma incompreensível política incentivada pelo Estado de investimento nacional no estrangeiro, escolha agravada pelo facto da esmagadora maioria desse investimento ser realizado em países onde não existe comércio livre (Brasil e Norte de África) e por isso não conduzir a fluxos comerciais acrescidos

para Portugal, nem a um relacionamento empresarial e tecnológico exigente.

5. Inexistência de políticas de valorização da produção nacional, nomeadamente nas compras públicas, principalmente aos novos sectores industriais tecnologicamente avançados, falta de incentivos à exportação, bem como a ausência de critérios estratégicos de selectividade nos programas de apoio às empresas, como o Programa Operacional da Economia (POE).

6. Ausência, na indústria portuguesa, de um número significativo de produtos finais, industriais e de consumo, valorizáveis nos mercados externos, e excesso de produção de peças, componentes, ferramentas e sistemas, além de produtos pouco valorizados, como o têxtil e a confecção, o que reduz muito a valorização global do sector produtivo português, agravando a relação de troca com o exterior.

7. Número excessivo de pequenas empresas comerciais, de utilidade económica e de capacidade de sobrevivência mais do que duvidosa, muitas delas criadas e incentivadas por programas governamentais, como o PROCOM, a conviver com a falta dramática de empresas de interface entre a produção agrícola e a grande distribuição, quer relativamente ao mercado interno quer dirigidas à exportação, que os diversos governos teimam em não fomentar.

8. Excesso de despesas do Estado com efeitos na carga fiscal, mas sem resultados qualificantes na economia e na sociedade, agravando o défice dos orçamentos do Estado e o endividamento geral da Nação. Em paralelo a escolha de práticas de opacidade orçamental, nomeadamente a existência de enormes saldos ocultos, de dívidas do Estado e das suas instituições, o que representa um modelo de gestão oposto ao que deve ser o bom governo, que é aquele que se rege pelo princípio das boas contas.

Em particular, o gasto excessivo dos recursos nacionais e comunitários em obras públicas, em associação com a saída de capitais destinados ao investimento português no estrangeiro e o fraco investimento estrangeiro em Portugal, são factores cuja combinação negativa é desastrosa e provoca a redução do investimento produtivo no País e por esta via da produção nacional, principalmente em novos sectores conhecimento intensivos e mais valorizados, com efeitos graves na Balança de Transações Correntes e na relação de troca da nossa economia com o exterior, o que limita um crescimento sustentado e de qualidade.

Neste contexto, a economia portuguesa tem de adoptar rapidamente um modelo que valorize a relação de troca da nossa produção com o exterior, modelo que resumiremos na tese seguinte:

O desenvolvimento económico e social de Portugal, no contexto da União Europeia e da globalização, passa pelo desenvolvimento de um sector produtivo moderno, gerador de produtos desejáveis nos mercados externos, que privilegie a inovação e a diferença. O factor humano qualificado, culto e com a adequada formação científica, mais o acesso fácil, rápido e barato ao mundo através de transportes e de comunicações de última geração, serão os recursos essenciais.

O nosso atraso e dependência actuais relativamente à Europa, obriga a relações privilegiadas da nossa economia e do nosso sistema científico e tecnológico com os Estados Unidos e o Japão.

No centro deste modelo de desenvolvimento económico está a indústria e neste sector o aumento do número de produtos finais é essencial, objectivo que pode ser realizado de duas formas complementares:

- Através do desenvolvimento de produtos inovadores, não existentes no mercado mundial, já que o factor de inovação reduz drasticamente os custos de entrada nos mercados e constitui, no nosso tempo, o mais forte factor da competitividade de qualquer economia. Para isso Portugal tem alguns argumentos a seu favor: uma certa disponibilidade do sistema científico e tecnológico, que resulta do nível ainda insuficiente da procura; o crescimento do número de doutorados; uma indústria de ferramentas e prototipagem rápida tecnologicamente avançada e internacionalmente reconhecida; alguma capacidade inventiva que é premiada internacionalmente com alguma regularidade.

- Pela atracção do investimento estrangeiro para o sector produtivo, através de políticas activas e selectivas no investimento de empresas integradoras que dominem mercados em produtos compatíveis com as qualificações nacionais, o que abrange um leque amplo em que se podem salientar, a título de exemplo, os sectores seguintes: telecomunicações, informática, brinquedos, lazer e desporto, transportes, utensílios médicos, embalagem, material eléctrico, electrodomésticos, defesa, electrónica de consumo. Sendo que o argumento de atracção deste tipo de investimento estrangeiro, é o da redução do investimento necessário por cada unidade de produto lançada no mercado, já que a capacidade industrial instalada em Portugal, no domínio das ferramentas, engenharia de produto, prototipagem rápida, peças, componentes, sistemas e serviços, permite a essas empresas serem meramente integradoras, reduzindo por esta via o nível de integração vertical habitual na Europa, aproximando-nos do modelo em uso no Japão de produção flexível. Ou seja, o argumento, que é real, permite a essas empresas concentrar os seus investimentos no desenvolvimento de produtos, na comercialização e na distribuição, com a vantagem da sua mais rápida adaptação às variações do mercado e por esta via a uma competitividade acrescida.

Ou seja, a indústria portuguesa pode assumir, no contexto europeu, uma vocação integradora baseada na importância que a flexibilidade, bem como a redução do factor tempo e do investimento necessário ao lançamento de novos produtos, assumiu na competitividade industrial das nações.

Como é evidente a primeira alternativa é a mais desejável como o modelo ideal para a economia portuguesa, mas não é realista basear o nosso progresso industrial apenas na

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

nossa capacidade para desenvolver, produzir, comercializar e distribuir produtos inovadores. Por isso, é necessário atrair o investimento estrangeiro orientado para o desenvolvimento de produtos destinados ao mercado final, utilizador/consumidor.

De notar que este modelo económico é altamente compatível com a situação portuguesa no campo dos recursos humanos e com o objectivo estratégico de melhorar a qualidade do trabalho nacional, porquanto:

- Dá um novo sentido ao papel das nossas universidades e da comunidade científica, como resultado do crescimento da procura de serviços de investigação e de desenvolvimento tecnológico.

- Responde à crescente necessidade de criação de empregos para licenciados, centrando o crescimento futuro nas áreas das engenharias.

- Cria oportunidades de emprego, mesmo para desempregados de longa duração com fraca escolaridade, na medida em que uma parte relevante da actividade industrial, sendo dirigida a produtos finais, comporta um número elevado de montagens, embalagens e transportes. Além de aproveitar a oportunidade de localizar as novas empresas integradoras nas regiões do interior, na medida em que estas unidades fabris sendo dirigidas à montagem dos produtos e não a outras operações de fabrico mais complexas, permitem um menor índice de especialização média, logo compatível com os recursos humanos disponíveis.

Ainda no campo dos recursos humanos nacionais discordamos frontalmente com a ideia, muito defendida em círculos do Governo e do PS, de que a aceleração do crescimento económico depende do aumento do número de trabalhadores imigrantes, fala-se em quarenta mil. De facto, o crescimento do número de trabalhadores indiferenciados, com baixo nível de escolaridade, socialmente desprotegidos, que é modelo dominante entre nós, só pode contribuir para iludir a necessidade de alterar o modelo económico no sentido que propomos nesta moção. Acresce que o crescimento da imigração permitirá apenas a sobrevivência de empresas que vivem nas margens da legalidade e que já não deviam existir, além de criar a prazo um problema social grave, quando por força da evolução do ciclo económico as empresas não puderem manter esses trabalhadores.

Entretanto, a coerência do modelo económico descrito nesta moção é evidente, não só pelas razões expostas, mas também porque o tipo de investimento estrangeiro selectivo que se defende contribui para um desejável relacionamento com parceiros e mercados exigentes, frequentemente inovadores, ou seja, arrasta para dentro da nossa economia a internacionalização, que de forma algo primária se tem procurado promover através do investimento nacional noutros países. Coerência que foi bem visível para a União Europeia, que considerou o Pacto Territorial Para o Emprego da Marinha Grande, como o melhor dos oitenta apresentados em toda a Europa, pacto que se baseou no modelo descrito.

Uma nota breve para referir que os produtos agrícolas podem ter uma contribuição relevante na melhoria da relação de troca da nossa economia com o exterior, a exemplo do que acontece, por exemplo, na vizinha Espanha. Basta para tanto compreender que os problemas da agricultura portuguesa não são agrícolas mas de comercialização e que a maior necessidade dos agricultores portugueses é a existência de empresas de interface entre a produção e a grande distribuição, de forma a concentrar as vendas e a garantir contratos regulares à produção, deixando aos agricultores o encargo de melhorar a qualidade dos produtos e a produtividade. Para verificar que assim é, basta comparar a evolução muito positiva de sectores da agricultura como o vinho, o leite, o tomate e a beterraba, onde há garantias contratuais de escoamento da produção, com a generalidade dos outros sectores onde isso não acontece.

Relativamente à actividade turística, que tem uma grande importância no emprego e na nossa balança financeira, seria útil que os governos compreendessem que devem dar autonomia às regiões de turismo que verdadeiramente existem – Algarve, Madeira, Leiria/Fátima, Lisboa/Sintra/Estoril, Açores – para fazerem a sua própria promoção, deixando de criar regiões administrativas de turismo artificiais, ou seja, são as próprias regiões de turismo que conhecem melhor do que o Estado o que devem fazer. O que, obviamente, não impede que outras regiões do País criem e desenvolvam os seus próprios produtos turísticos, mas sem divisões artificiais e consequentemente irreais.

E, nesse sentido, aquilo que o Estado pode e deve fazer é promover políticas de qualidade, desde a formação profissional ao urbanismo, dos transportes à segurança nas ruas e nos locais de diversão, do desenvolvimento de programas culturais, à limpeza, asseio e arrumação dos locais públicos e até na certificação dos diferentes operadores e empresas do sector. Política de qualidade que é o meio mais eficaz de promover o turismo nacional e o único que o valoriza e melhora a sua competitividade no plano internacional.

A existência do Ministério da Ciência e Tecnologia na estrutura dos governos do PS, tem sido um factor muito positivo que originou novas preocupações e mudanças relevantes na sociedade portuguesa, nomeadamente uma nova cultura de responsabilidade, através do processo de avaliação do sistema científico e tecnológico nacional, bem como a existência de mais e, principalmente, melhores projectos de investigação e desenvolvimento. Nomeadamente, a Agência para a Inovação, tem dado exemplos de grande compreensão e adequação dos projectos apoiados pelo Estado à realidade económica nacional, principalmente através da prioridade estratégica de inovação nos produtos.

Finalmente, não podemos terminar este capítulo destinado à economia, sem uma reflexão dura acerca da ausência de visão e a insensatez que tem presidido à privatização de um leque alargado de algumas das melhores empresas nacionais. Não porque sejamos contrários às privatizações, mas porque as privatizações não devem constituir um dogma, que tenha de ser aplicado de forma indiferente ao interesse nacional e às condições específicas de cada sector e de cada empresa. Ou seja, as privatizações devem ser

motivadas por razões económicas e de competitividade da economia portuguesa e não para a glória e para o interesse, individual ou de grupo, dos diferentes participantes no processo.

Em concreto, nada nos obriga a proceder a privatizações se estiver em causa o controlo nacional de empresas em sectores estratégicos ou de empresas com uma contribuição particular para o conhecimento profissional, científico e tecnológico nacional, como insensatamente foi permitido no caso do Totta e da venda da Galp à italiana ENI e como parece estar a desenhar-se no sector do papel. - Soporcel e Portucel – e do cimento, Cimpor. Trata-se de empresas excelentes, com uma contribuição para o progresso e desenvolvimento de cadeias de valor nacionais que não pode ser menosprezada, factor que não tem sido suficientemente valorizado pelos sucessivos governos, situação agravada pela tentativa de manter secretas as condições de privatização até o último momento possível. O que, se aumenta muito o poder e margem discricionária do Ministério das Finanças, também cria ao Governo e ao Partido Socialista embaraços permanentes e, mais tarde ou mais cedo, problemas éticos de difícil solução no quadro do regime democrático.

A isto deve-se acrescentar a orientação estratégica errada, ou até desastrosa, de algumas empresas em fase de privatização, mas onde ainda existe uma grande responsabilidade do Estado na gestão, como é o caso da EDP, da PT e da TAP, onde se prosseguem estratégias de alto risco, caso da PT, ou erradas, caso da EDP, ou sem qualquer estratégia, caso da TAP. Como exemplo, utilizamos apenas o exemplo da EDP, a melhor empresa nacional da área da engenharia e das tecnologias energéticas, que está a deixar deteriorar o seu principal património físico e intelectual e a sua rede eléctrica e de produção de energia, nomeadamente hidráulica, para fazer aquilo que a empresa não sabe fazer, telecomunicações e investimentos no estrangeiro. Ou seja, em vez de reforçar a sua competência no ramo da energia e no serviço aos clientes do sector energético e das engenharias, a EDP compromete milhões de contos numa estratégia que lhe não compete, apenas porque tem dinheiro e um recurso potencial, a rede de fibra óptica. Rede que poderia, com mais razão, ser disponibilizada à RTP, que possui provavelmente o maior stock de conteúdos em imagem, conteúdos que custaram rios de dinheiro à PT, o que justificou a aquisição da Lusomundo.

Neste contexto, defendemos a existência de duas empresas nacionais concorrentes na área das telecomunicações, a PT e uma nova empresa que, como já dito, deveria ter no seu núcleo a RTP, até para dar alguma capacidade económica e sentido à estratégia do Governo de manter a RTP como grande consumidora de recursos do Estado. Mas, para esta segunda empresa de telecomunicações, como para o sistema de comunicação/informação em geral, é essencial a cobertura completa do território nacional com fibra óptica, o que poderia ser facilmente conseguido através da união dos recursos existentes neste domínio da EDP, Brisa, CP, Metro de Lisboa e do Porto e TV Cabo. Solução que poderia ser realizada, através de um consórcio entre estas empresas, que venderia o acesso a quem o pretendesse, o que, supomos, seria uma melhor solução para a futura televisão digital do que uma nova rede de antenas terrestres.

Em resumo, a economia portuguesa está num visível impasse que, conforme defendido nesta moção, resulta dos variados factores descritos e de um modelo estratégico incoerente e ineficaz. Devemos por isso ter a ambição de realizar a convergência real com a União Europeia numa década, crescendo a um ritmo semelhante ao da Irlanda, para o que temos todas as condições como povo e como economia. Precisamos apenas da estratégia certa, de políticas adequadas e da disciplina necessária.

### V – O Papel de Portugal no Mundo, Globalização e Relações Internacionais

Tal como Michael Porter, defendemos o relacionamento das empresas portuguesas com mercados e parceiros exigentes, como forma de desenvolver todas as capacidades nacionais, até porque a explosão escolar em curso, apesar das suas insuficiências, nos permite ter hoje uma ambição maior no nosso processo de desenvolvimento. Relacionamento preferencial que não se deve limitar às empresas, mas que deve incluir o sistema científico e tecnológico. Ou, dito de outra forma, acreditamos que só poderemos ser excelentes na Europa através de uma ligação estratégica com países tecnologicamente avançados e fortemente inovadores, como os Estados Unidos e o Japão.

Não se trata de qualquer afastamento da nossa vocação e das nossas responsabilidades europeias, mas tão só de ter uma estratégia própria no quadro da União Europeia, aproveitando a nossa posição geográfica e a nossa tradição universalista para desenvolver parcerias estáveis com outras partes do mundo, cuja contribuição para o nosso processo de desenvolvimento nos seja útil. Durante séculos a estratégia nacional foi encontrar aliados, como a Inglaterra, que nos ajudassem a defender do nosso poderoso vizinho, a Espanha. Actualmente essa estratégia continua válida, com a diferença de que o valor maior de qualquer parceria já não é militar mas económico, o que justifica que nos voltemos para o nosso outro vizinho, os Estados Unidos.

De uma forma simples diremos que, como no passado, necessitamos de um adversário com quem possamos medir forças e que seja iniciador da vontade nacional, que sempre foi e é útil que continue a ser, a Espanha. Como é clarificador ter em cada momento um padrão de sucesso ou modelo estratégico a seguir e que tenha condições semelhantes às nossas, no presente a Irlanda e, finalmente, um aliado que nos ajude a conseguir os nossos objectivos e cujos interesses não sejam conflituais com os nossos, no caso os Estados Unidos.

Acresce que os Estados Unidos é o maior mercado livre do mundo, onde tudo se vende, sendo lá que existem algumas das melhores universidades do globo e um sistema

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

científico aberto, onde já há algumas regiões de emigração nacional e onde muitos estudantes portugueses têm sido bem recebidos e obtido carreiras brilhantes, tanto para os que lá ficaram como para aqueles que voltaram e constituem hoje uma parte relevante da excelência nacional em diversas áreas do conhecimento. Ou seja, apenas por provincialismo nos podemos permitir desperdiçar as oportunidades de parceria com os Estados Unidos no campo da ciência e da tecnologia, ou ter receio de enfrentar o mercado americano na indústria.

Neste contexto, temos de afirmar a convicção de que o enorme investimento feito no Brasil por empresas portuguesas, muitas das quais da órbita do Estado, não tem qualquer justificação que não seja a da facilidade, porque se fala a mesma língua e existem no Brasil muitas empresas à venda a preço razoável. Todavia, trata-se de uma região de alto risco económico, onde não existe liberdade de comércio e que, por isso mesmo, não comporta fluxos comerciais com Portugal, que é o objectivo relevante de qualquer projecto de internacionalização digno do nome.

Portugal não é uma grande potência económica e deveria evitar comportamentos de grande potência, até porque necessitamos de todos os recursos disponíveis, no curto prazo, para realizar o essencial, que é investir em Portugal na diversificação da nossa actividade económica, nomeadamente na indústria, em novos sectores e produtos que valorizem a nossa capacidade competitiva no concerto das nações. Acontece, no nosso ponto de vista, que os investimentos feitos no Brasil dificilmente serão rentabilizados no curto prazo e, em qualquer caso, não acrescentam recursos para a modernização acelerada que preconizamos para Portugal.

Relativamente a África, justifica-se uma acentuada preocupação em manter excelentes relações políticas e afectivas com todos os povos de língua oficial portuguesa, sem deixar todavia de defender o prestígio e os interesses de Portugal e os princípios porque se rege a nossa democracia, na nossa relação com os governos, ainda que sem pretender impor o nosso próprio modelo.

No campo económico devemos desenvolver os fluxos comerciais possíveis, compatíveis com a cobrança devida ou a compensação recíproca, nomeadamente nos sectores tradicionais da nossa indústria e comércio, mas devemos reconhecer que dificilmente esses países poderão ter, no futuro próximo, uma forte contribuição para o nosso próprio processo de modernização e de desenvolvimento. Ou seja, será através de um forte e qualificado crescimento económico, apenas possível num quadro de relacionamento internacional exigente, que Portugal poderá amellar os recursos que nos permitam cumprir a nossa vocação e os nossos sentimentos africanos.

O alargamento da União Europeia favorece principalmente os países mais poderosos da Europa Central e será uma fonte de preocupação para o nosso processo de desenvolvimento e para a economia portuguesa, nomeadamente se não assumirmos com rapidez e determinação um novo modelo económico, na linha do que foi proposto anteriormente neste texto. Isto é, impõe-se que o alargamento nos encontre numa posição económica mais avançada, leia-se numa posição de maior diversidade e valorização da produção nacional e não em concorrência directa nos mesmos sectores com os países do Leste, que têm custos muito mais baixos e, principalmente, recursos humanos mais qualificados. Por outro lado, compreendemos as implicações políticas positivas do alargamento, mas consideramos ser errado para o próprio processo da construção europeia, querer queimar etapas, sem uma avaliação suficiente das dificuldades culturais, económicas e políticas do alargamento.

Neste contexto Portugal deve agir com grande precaução no debate europeu, abstendo-se de contribuir para o «directório» dos grandes países, mas privilegiando a institucionalização da democracia europeia e a democratização dos órgãos de poder europeus. Nomeadamente o reforço do Parlamento Europeu, mas também a criação de uma Segunda Câmara ou Senado Europeu, com representação igual de todos os Estados da União Europeia, condição que deveria ter precedido o Tratado de Nice, mas que é a forma idónea de aceitar o preceito democrático da igualdade de representação de todos os cidadãos da Europa.

No campo da defesa e segurança nacionais, discordamos da evolução tradicionalista das políticas que têm sido seguidas em Portugal, nomeadamente em relação à escolha dos equipamentos e dos objectivos estratégicos que lhes estão subjacentes. Consideramos que neste domínio, como em quase todos os outros, a inovação e a diferenciação comportam virtudes e oportunidades que Portugal não pode desperdiçar, até por força dos recursos escassos à nossa disposição, nomeadamente no início do processo que conduzirá às Forças Armadas Europeias. Em concreto, consideramos que as nossas Forças Armadas devem ter alguma vocação específica, a de responder ao objectivo prioritário de garantir a soberania e a segurança no espaço da nossa zona económica exclusiva, relativamente a acidentes naturais, desastres marítimos e aéreos e ataques ambientais ou da criminalidade internacional.

Trata-se de um objectivo compatível com os nossos recursos e que poderá conduzir Portugal a ser um dos primeiros países do mundo a desenvolver uma capacidade específica neste domínio, que pode e deve ser altamente qualificada e tecnologicamente avançada, além de completar, por diferença, as restantes forças armadas europeias. Nesse sentido, não precisamos de mais meios aéreos F16, mas de um número elevado de helicópteros capazes de cobrir com rapidez toda a zona exclusiva, como não se justifica uma armada cara composta de submarinos, mas de lanchas rápidas e um ou mais navios de transporte de tropas e de outros meios de apoio, para deslocarções no quadro das missões de paz e de ajuda aos países de língua oficial portuguesa, além de meios sofisticados de prevenção e de limpeza nos casos de acidentes ecológicos.

Os subscritores da presente moção consideram um escândalo público, para mais num país de tradição marítima, o número de acidentes ocorridos nas águas à nossa guarda

e, principalmente, a incapacidade nacional de socorrer os homens do mar, portugueses e estrangeiros, que constantemente morrem sem qualquer sentido ou necessidade, por ausência de meios aéreos em prevenção permanente, leia-se helicópteros, seja no continente seja nas ilhas. Além da questão de perda de soberania e da dignidade nacional, que resulta do recurso, para estes fins, a outros países, nomeadamente à Espanha. Trata-se de transformar um constrangimento nacional numa oportunidade de inovar e de antecipar alguma divisão de tarefas no plano europeu.

Do nosso ponto de vista, a verdadeira pobreza dos países reside na falta de visão e de qualificação para realizar aquilo que está na sua capacidade fazerem e não fazem. Inversamente, os países são ricos quando definem com rigor aquilo que podem fazer e o fazem com qualidade, mais ainda se nesse processo sabem antecipar as necessidades próprias e alheias, sendo que nenhuma resposta a qualquer oportunidade é mais nobre do que aquela que envolve a defesa da vida humana. Ou seja, não vimos qualquer justificação para que um Estado moderno e democrático, mas com poucos recursos, considere necessário ter aviões F16 ou submarinos, destinados a operações cuja necessidade, com toda a probabilidade nunca se verificará, e deixe morrer os seus homens do mar por falta de um helicóptero disponível 24 horas por dia em cada zona do espaço que nos está confiado.

A internacionalização das economias é um processo antigo a que Portugal dos descobrimentos deu o mais determinante dos impulsos, processo que foi entretanto acelerado por virtude dos acordos de comércio livre, dinamizados pelos Estados Unidos e que correspondem aos interesses da economia e das empresas norte americanas. E ainda que seja cedo para compreender, em toda a sua dimensão, qual o saldo final para cada povo deste processo, é todavia inegável que os maiores beneficiados são os consumidores, que podem adquirir tudo aquilo de que precisam e podem comprar, a preços mais baixos, a que se segue uma nova oportunidade para os países com custos de mão de obra e com infra-estruturas, físicas e humanas, que lhes permita a preferência das empresas multinacionais para as suas deslocalizações, na busca dos mais baixos custos.

Ou seja, a internacionalização não é um processo linear, com ganhos ou prejuízos evidentes e iguais para todos, mas uma oportunidade que para ser aproveitada em toda a sua dimensão, tem de ser bem gerida e de ser integrada num modelo coerente de desenvolvimento económico, o que infelizmente não é, globalmente, o nosso caso.

### VI – Leiria, Uma Região Modelo

O modelo para a economia proposto antes neste texto, inspirou-se na história e na vivência da economia e da vida social do distrito de Leiria, além naturalmente, da análise da economia portuguesa e do conhecimento da generalidade dos países europeus, Estados Unidos, Japão, Coreia e Singapura, para citar apenas estes. Mas essencial foi a experiência colhida na região de Leiria, cuja economia cresce o dobro da média nacional e que revela uma notável competitividade no plano internacional, verdadeiro banco de ensaio de muitas das propostas que fazemos.

As gentes de Leiria são trabalhadoras, o que não chegaria, mas revelam também uma grande capacidade de iniciativa e apesar do forte individualismo e independência dominantes em Leiria e no Oeste, existem concelhos como a Marinha Grande onde há uma grande tradição de acção colectiva e de cooperação, com origem na indústria vidreira e na cultura proletária que ali se desenvolveu e que pouco a pouco se tem expandido e influenciado o modelo empresarial da região, na medida em que a generalidade dos empresários de hoje foram, no passado, operários.

A economia de Leiria, como a do Oeste em geral, é composta de pequenas e médias empresas, que formam um tecido económico muito diversificado - composto de indústria, a mais antiga de Portugal, de agricultura, claramente diferenciada no contexto nacional, de pescas e de turismo - com um equilíbrio entre sectores e uma modernidade global que não tem paralelo no nosso País. Modernidade que resulta também de uma vocação internacional clara, criada a partir dos sectores industriais do vidro, dos moldes e da cerâmica, mas que hoje se estende à generalidade das diversas áreas da economia da região.

A indústria da região de Leiria não é já hoje muito diferente das regiões industriais mais avançadas dos outros países europeus, notavelmente diversificada - vidros, moldes, engenharia de produtos, prototipagem, sistemas informáticos e de automação, cerâmica, material eléctrico, electrónica, metalurgia, sistemas para automóveis, cartonagem, mobiliário, cutelaria, artigos de plástico, fundição injectada, conservas de peixe e fruta, confecção e vestuário, tecnologias da informação - com serviços de apoio modernos nas áreas da gestão, da informática e dos recursos humanos. Sendo que a diversificação atingida e os contactos internacionais adquiridos são uma base de excelência para uma efectiva liderança industrial no plano nacional, mas também no plano internacional. É, aliás por isso, que muitas empresas estrangeiras, nomeadamente da área das novas tecnologias se instalaram na região, empresas como a Hasco, Eschman, DHL, Thyssen, Graphite Technologies.

A agricultura é composta de pequenas explorações, dirigidas para produtos valorizáveis no mercado, como as frutas, os primores, o vinho, a produção industrial de frangos, com uma percentagem interessante de produção feita em estufas, e, em geral, com uma boa qualidade dos produtos. Ou seja, no panorama agrícola português não existem muitas regiões com as mesmas potencialidades, nomeadamente tendo em vista o mercado externo, como a região de Leiria e Oeste, mas existem áreas a justificar uma intervenção do Estado: para resolver os problemas ambientais na suinicultura e para incentivar novas formas integradas de comercialização e distribuição.

## XII CONGRESSO NACIONAL DO PS

A actividade de pesca da região tem sofrido com a desorganização geral do sector e das políticas simplistas da União Europeia, cujo objectivo tem sido desmantelar barcos mais de que inovar em novas formas de captura, novos tipos de embarcações adequadas a cada tipo de peixe e de pesca e uma nova organização da actividade, que valorize o peixe como um factor que se diz escasso: desde a fixação de épocas de captura ao estudo científico das espécies, da automação das artes de pescar ao sistema de comercialização e distribuição, com garantia de qualidade e a designação de origem ou marca. Evolução que tem em Peniche uma boa base de partida e uma cultura do mar distinta, além de novos e modernos meios de construção e de reparação navais, adequados à pesca.

O turismo da região possui uma marca internacionalmente conhecida e prestigiada, Fátima, mas a riqueza turística do Distrito de Leiria é mais completa, compreendendo alguns dos mais representativos monumentos nacionais, boas praias, grutas, termas e gastronomia. Sendo que o maior problema da região neste sector da economia é a fragilidade da promoção turística integrada, um nome uma região, o que faz com que a marca Fátima seja mais rentabilizada por Lisboa do que por Leiria. Trata-se, por isso, de autonomizar a marca Fátima/Leiria no sentido de fixar os turistas, nacionais e estrangeiros, para estadias completas e mais longas, e menos visitas de um dia a partir de Lisboa.

A região do Oeste e Leiria tem todas as condições para constituir a base logística de Portugal, com condições semelhantes às de Roterdão, isto é, a concentração dos transportes, aéreo, marítimo, ferroviário e rodoviário, num entreposto intermodal, constituído pelo aeroporto da Ota, o porto de Peniche, com vocação para contentores, as linhas férreas do Norte e Oeste, além do novo comboio de alta velocidade e as rodovias A1, A8 e IP6. Tal como Roterdão, este sistema tem a vantagem da proximidade de uma grande metrópole de serviços, Lisboa, sem o inconveniente dos grandes congestionamentos urbanos a ela inerentes.

Mas é no plano do conhecimento e, principalmente, no plano da investigação científica que Leiria tem as suas maiores carências para que o modelo se imponha em definitivo, na medida em que a região não tem uma universidade pública e a sua dependência do conhecimento científico/burocrático de Coimbra, com quem nunca existiu uma comunicação eficaz da parte das empresas, torna inviável utilizar a imensa gama de tecnologias industrialmente existentes na região, a mais vasta do País, para a criação e o desenvolvimento do conhecimento científico.

A modernização da linha férrea do Oeste é uma profunda necessidade sentida pelas pessoas de todos os quadrantes sociais, tanto para os que não possuem automóvel como para aqueles, que já são muitos, que tendo automóvel preferiam fazer as suas viagens regulares utilizando o caminho de ferro, poupando vidas, gasolina, o ambiente e reduzindo a tensão que constitui conduzir nas estradas da região, nomeadamente para Lisboa.

Como uma região autónoma do ponto de vista económico, Leiria ressent-se da sua permanente dependência do poder político central, burocrático, incapaz de compreender as necessidades e as potencialidades da região, poder que usa uma linguagem e práticas desadequadas relativamente às ambições e à vivência local e internacional das gentes da região e que faz parte da cultura presente no dia a dia dos trabalhadores, dos empresários e dos quadros. Nomeadamente a divisão do Distrito por duas comissões de coordenação regional, bem como a ausência de órgãos locais de planeamento e de decisão, são questões inaceitáveis para todas as lideranças locais, sejam partidárias, económicas ou sociais.

Como já afirmado, um dos principais objectivos estratégicos do desenvolvimento do Distrito de Leiria, no seu conjunto, é a eliminação das grandes assimetrias de desenvolvimento e de criação de riqueza entre o eixo Leiria/Marinha Grande relativamente

aos concelhos do Norte do Distrito, de acordo com o que foi definido no Pacto Territorial para o Emprego. Sendo ainda desejável uma discriminação positiva no investimento público a favor destes concelhos.

Em qualquer caso a Região de Leiria constitui uma base avançada do modelo económico que preconizamos para Portugal, modelo baseado no conhecimento e na qualificação do trabalho, que sejam económica e socialmente rentabilizáveis, de forma livre e sem a dependência excessiva do Estado. Assim isso possa vir a ser compreendido pelo poder político, com benefícios óbvios para o desenvolvimento e modernização de Portugal.

### VII - Juventude e Futuro

Pensar o futuro da Nação está ligado de forma directa à sua Juventude, o que não é separável da educação cívica, científica e cultural dos jovens. Ou seja, a qualidade da actividade política, a ética e a pedagogia republicanas de que falamos, bem como as políticas de educação, são factores relevantes da formação da juventude portuguesa e, por essa via, da qualidade do desenvolvimento e do futuro de Portugal.

Da mesma forma, não há desenvolvimento humano da juventude sem um ambiente exigente e formativo, nomeadamente na área dos comportamentos, seja esse ambiente na família, na escola, na sociedade e no Estado, sendo a nosso ver indiscutível que o nível de exigência pela qualidade exercido sobre a nossa juventude se tem vindo a degradar em todas estas áreas e nomeadamente na escola e na acção do Estado, que são as áreas que podem ser tratadas no âmbito desta moção.

É também por esta razão que lamentamos o nível de degradação do Estado e o ambiente geral de indisciplina que se vive em Portugal, desde a desorganização urbana ao habitual incumprimento de horários, da promiscuidade dos interesses à irresponsabilidade – a que se chama falsamente democracia – do meio académico, do carreirismo político, frequente nos partidos políticos e na generalidade das hierarquias do Estado, ao baixo nível de exigência visível, por exemplo, nas baixas propinas, no acesso ao Ensino Superior com nota negativa e na permanência dos alunos nas universidades para tirar um curso sem limite prático de tempo.

De facto, os subscritores desta moção preocupam-se menos com a qualidade da nossa juventude, em que depositam confiança e esperança, do que com os maus exemplos e os maus instrumentos deixados pelas gerações que actualmente detêm o poder em Portugal, político e económico, e que vão legar aos jovens de hoje. Esta é, também, a dimensão necessária de uma nova pedagogia do poder, como já tratado neste trabalho, num outro contexto.

A formação dos jovens é de base histórica e por essa via frequentemente muito pouco inovadora e não dinâmica. Esta é também a razão porque preconizamos a introdução do estudo do "Tema do Futuro" na educação dos jovens em todos os níveis do ensino, do pré-escolar ao universitário, como um elemento inovador da pedagogia da formação, nomeadamente através da ligação permanente de todos os fenómenos tratados na escola, como aliás na família, com a dinâmica da temporalidade e da relatividade da vida humana. Ensinar a pensar o futuro e a interagir com ele, é uma das mais nobres e das mais profícuas formas de construir esse futuro, com mais qualidade e mais exigência individual e colectiva.

Bem gostaríamos que essa fosse a mensagem mais forte a emergir deste XII Congresso do Partido Socialista, uma mensagem exigente, virada para o futuro, capaz de mobilizar os portugueses ao redor de objectivos nacionais de progresso, modernidade e justiça.

**Henrique Neto**

